



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO
HUMANO

Diênifer Monique da Conceição

**ENTRE AS CORRERIAS E O FAZER UM MONTE DE NADA:
dinâmicas de vida e os atravessamentos da violência no usufruto do lazer de
mulheres negras**

Porto Alegre
2024

Diênifer Monique da Conceição

**ENTRE AS CORRERIAS E O FAZER UM MONTE DE NADA:
dinâmicas de vida e os atravessamentos da violência no usufruto do lazer de
mulheres negras**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências do Movimento Humano pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz dos Santos Silva

Coorientadora: Profa. Dra. Arianne Corrêa Pacheco

Porto Alegre
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Marcia Barbosa (Reitora)

Pedro Costa (Vice-Reitor)

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA

Prof. Dr. Rogério da Cunha Voser (Diretor)

Prof^a. Dr^a. Luciana Laureano Paiva (Vice-Diretora)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO
HUMANO

Caroline Pietta Dias (Coordenadora)

Andréa Kruger Gonçalves (Vice-Cordenadora)

CIP - Catalogação na Publicação

Conceição, Diênifer Monique da
Entre as correrias e o fazer um monte de nada:
dinâmicas de vida e os atravessamentos da violência no
usufruto do lazer de mulheres negras / Diênifer
Monique da Conceição. -- 2024.
66 f.
Orientador: André Luiz dos Santos Silva.

Coorientadora: Ariane Corrêa Pacheco.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa
de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano,
Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Gênero. 2. Raça. 3. Lazer. 4. Mulheres Negras.
5. Violência. I. dos Santos Silva, André Luiz, orient.
II. Corrêa Pacheco, Ariane, coorient. III. Título.

Diênifer Monique da Conceição

**ENTRE AS CORRERIAS E O FAZER UM MONTE DE NADA:
dinâmicas de vida e os atravessamentos da violência no usufruto do lazer de
mulheres negras**

Data: 19 de dezembro de 2024

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Elisângela Venâncio Ananias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Elisângela Chaves
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Khellen Cristina Pires Correia Soares
Instituto Federal do Tocantins

Profa. Dra. Ariane Corrêa Pacheco (Coorientadora)
Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. André Luiz dos Santos Silva (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**ENTRE AS CORRERIAS E O FAZER UM MONTE DE NADA:
dinâmicas de vida e os atravessamentos da violência no usufruto do lazer de
mulheres negras**

Diênifer Monique da Conceição

RESUMO

Cidade localizada na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, o município de Novo Hamburgo constitui a região do Vale dos Sinos. Com índices significativos em tentativas de feminicídio do estado, Novo Hamburgo é uma cidade que, ao mesmo passo que enaltece a colonização alemã, invisibiliza trajetória da comunidade negra que já existia antes da chegada dos colonizadores. É nesse contexto que esta pesquisa se situa, e seu objetivo é analisar, através das narrativas de seis mulheres negras que vivem em contextos de violência de gênero em Novo Hamburgo, as dinâmicas do cotidiano e as possibilidades de lazer. A partir do mapa da violência contra mulheres pretas e partas de Novo Hamburgo, o estudo utiliza a oralidade e a escrevivência como ferramentas de produção e análise das conversas com seis interlocutoras, mulheres negras moradoras desse território. No processo de realização da pesquisa, compreendemos que o ‘termo’ lazer não parece fazer sentido para as interlocutoras, mas essas mulheres negras narram a “correria” em seus cotidianos. Essa categoria emerge do campo, pode ser experienciada de várias formas e faz com que compreendamos que é um agente importante na organização e dinâmicas da vida dessas mulheres. De forma relacional à “correia”, tem-se a categoria “fazer um monte da nada”, a qual se caracteriza por uma determinada condição de usufruto da experiência (de uma certa noção de tranquilidade) na correria, algo que não dá garantias de continuidade, sendo assim, efêmero. Ao mesmo passo, nessa região, a violência reorganiza a correria, não suspendendo do cotidiano, mas intensificando a correria e podendo acionar manejos/inventividades/violências para um reestabelecimento da correria cotidiana. A violência, portanto, compõe a correria, assim como o “fazer um monte de nada”.

Palavras-chave: Gênero; Raça; Lazer; Mulheres Negras; Violência.

**BETWEEN THE RUSH AND DOING A LOT OF NOTHING:
life dynamics and the intersections of violence in the enjoyment of leisure
by black women**

Diênifer Monique da Conceição

ABSTRACT

Located in the metropolitan region of Porto Alegre, Rio Grande do Sul, the municipality of Novo Hamburgo is part of the Vale dos Sinos region. With significant rates of attempted femicide in the state, Novo Hamburgo is a city that, while extolling German colonization, makes the trajectory of the black community that existed before the arrival of the colonizers invisible. This research is situated in this context, and its objective is to analyze, through the narratives of six black women who live in contexts of gender violence in Novo Hamburgo, the dynamics of daily life and the possibilities of leisure. Based on the map of violence against black and brown women in Novo Hamburgo, the study uses orality and writing as tools for producing and analyzing conversations with six interlocutors, black women living in this territory. In the process of conducting the research, we understood that the ‘term’ leisure does not seem to make sense to the interlocutors, but these black women narrate the “rush” in their daily lives. This category emerges from the field, can be experienced in various ways, and makes us understand that it is an important agent in the organization and dynamics of these women’s lives. In relation to “rush,” there is the category “making a lot out of nothing,” which is characterized by a certain condition of enjoying the experience (of a certain notion of tranquility) in a rush, something that does not guarantee continuity and is therefore ephemeral. At the same time, in this region, violence reorganizes the rush, not suspending it from daily life, but intensifying the rush and being able to trigger manipulations/inventiveness/violence to reestablish the daily rush. Violence, therefore, composes the rush, as does “making a lot out of nothing.”

Keywords: Gender; Race; Leisure; Black Women; Violence.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	POR QUE ESTUDAR LAZER E MULHERES NEGRAS EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA IMPORTA?.....	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	MULHERES NEGRAS: TRAJETÓRIA HISTÓRICO-SOCIAL	20
2.2	ENTENDENDO AS TRAMAS DE GÊNERO E VIOLÊNCIAS COM MULHERES NEGRAS	24
2.3	LAZER E MULHERES NEGRAS	30
3	DESENHO METODOLÓGICO	35
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	35
3.2	CONTEXTO DA PESQUISA	36
3.3	ASPECTOS ÉTICOS	38
3.4	INTERLOCUTORAS DO ESTUDO E O PROCESSO DE PRODUÇÃO DOS DADOS :ESCURECENDO O FAZER DA PESQUISA	39
4	ARTIGO - NA INTERSECÇÃO ENTRE RAÇA E GÊNERO	42
	BIBLIOGRAFIA	62

1 INTRODUÇÃO

"A nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos".

(**Conceição Evaristo, 2007**)

Na contrapartida de contar a história/versão em conformidade com as relações de poder e representações coloniais instituídas em nossa sociedade, esta investigação tem como compromisso transversal a escrevivência. “A literatura surge como um espaço privilegiado de produção e reprodução simbólica de sentidos”; e, nesse sentido, ainda na contemporaneidade, apresentam discursividades que negativamente anunciam e fixam a diferença em mulheres negras (**Evaristo, 2005, pág. 52¹**). Transgrediremos as barreiras que nos empunharam e contaremos sobre nossas escrevivências, pois somos mulheres negras de vivências, lembranças e vozes de nossa coletividade. Portanto, tomamos o conceito de escrevivência como orientador e produtor dos processos dessa pesquisa, assim como na vida.

Essa investigação tem sua pedra alicerce no projeto de pesquisa “Relações de Gênero na escola: Um estudo sobre as regiões de alto índice de violência contra as mulheres no município de Novo Hamburgo/RS”, financiado pelo CNPq, por meio do Edital MCTIC/CNPq Nº 28/2018 e edital “CNPq/MCTI Nº 10/2023”, e desenvolvido pelo vínculo entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade Feevale. Projeto que se propõe a analisar os modos como as relações de gênero se estabelecem na dinâmica de escolas situadas em regiões de altos índices de violência contra mulheres no município de Novo Hamburgo (André Silva, Dagmar Meyer e Roberta Riegel, 2021), fundamenta-se em dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, que indica que o município de Novo Hamburgo ocupava, entre os anos de 2013 e 2017, o quinto lugar dos municípios com mais tentativas de feminicídio no estado, somando 46 casos. Quando atentamos a homicídios consumados e estupro, o município ocupava a sexta posição, respectivamente, totalizando doze e 230 ocorrências entre 2012 a 2017 (RIO GRANDE DO SUL, 2017). Esses dados, em números

¹ Esta investigação está posicionada em trazer o nome e sobrenome das autoras e autores na sua primeira aparição da discussão, medida que rompe com as estruturas de gênero na academia, pois a referência padrão explícita somente “O” sobrenome o que apaga autoras e suas produções. Essa estratégia já vem sendo exercida e legitimada por periódicos reconhecidos e bem qualificados como Revista Estudos Feministas e Cadernos Pagu. Assim como tem um compromisso étnico-político. Nesse sentido, autoras e autores negros serão negritados, medida que visibiliza a intelectualidade negra, que por muitos anos foi negada no espaço científico, e ressaltando a importância desses dados nos currículos Lattes, atualmente invisibilizados.

absolutos, não demonstram o quadro completo das violências na cidade, mas apontam que neste contexto a violência contra a mulher é uma problemática recorrente.

Cabe ressaltar a ausência de informações sobre quais corpos constituem as estatísticas produzidas pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Não constam informações étnico-raciais nem mesmo outros marcadores sociais da diferença, algo que dificulta a análise de pesquisas intencionadas na promoção de políticas públicas equânimes.

Considerando a invisibilidade dessas informações e a partir de minha inserção no grupo de pesquisa que desenvolve tal investigação, comecei a problematizar a ausência de dados sobre a situação de mulheres negras² em Novo Hamburgo, pois o grupo, previamente, havia produzido um mapa da violência³ que identificava o ponto crítico de violência contra mulheres no município. A partir dessas informações, havia estudos e produções de pesquisas em escolas situadas nas regiões de ponto crítico de violência, porém nenhuma dessas produções teve o foco acerca do marcador étnico-racial. Mediante essa ausência, entendemos que para essa especificidade seria necessária uma nova produção de dados que identificasse a região de alto índice de violência contra mulheres negras na cidade. Nesse intuito, foram realizadas coletas dos endereços de ocorrências de crimes de violência contra mulheres na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) para a produção de novos mapas. A produção dos dados foi realizada entre fevereiro e março de 2020, um pouco antes de acontecer a paralisação sanitária ocasionada pela COVID-19⁴. Os mapas são do período de 2017 a 2019, e, com a intencionalidade da coleta, contêm identificação das tipificações de crimes (lesão, estupro, estupro de vulneráveis, feminicídio tentado e consumado) e marcador étnico-racial, assim como, foram produzidos mapas gerais, contendo a sobreposição de tipificações.

É importante destacar que, no decorrer do processo de coleta das ocorrências, deparamo-nos com uma quantidade considerável de denúncias em que as autodeclarações cor/raça estavam em branco. Isso foi algo que, em alguma medida, dificultou o processo, mas também, nos deu pistas para atentarmos, novamente, sobre a invisibilização desses marcadores sociais nos registros oficiais.

Com a produção dos novos dados, identificamos pistas que orientaram uma primeira investigação, que tem como gatilho, além da região de maior incidência de crimes contra mulheres pretas e pardas, números dissonantes entre as tipificações de crimes que acometem

² Autodeclaradas pretas e pardas, segundo dados do IBGE.

³ No mapa é identificada a intensidade pontual de determinado fenômeno em toda a região de estudo, no caso “Denúncias de crimes contra pretas e pardas no município de Novo Hamburgo”. Revisitaremos os mapas na metodologia deste estudo.

⁴ Infecção respiratória causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2.

mulheres negras. Identificamos que, entre as denúncias dos crimes de “Lesão Corporal” e “Estupro”, 7,9% teriam acometido mulheres negras, um percentual ligeiramente menor em relação ao percentual populacional de geral de mulheres no município, e quase o dobro do percentual populacional de mulheres negras que, respectivamente, totalizam, segundo o IBGE de 2010⁵, 8,82% e 4,44%. Entretanto, essa porcentagem aumenta quando as denúncias se referem a crimes como Femicídio (tentados e consumados) e Estupro de Vulneráveis, atingindo, entre os anos de 2017 a 2019, o patamar de 18,33% de denúncias de mulheres negras **(Diênifer Conceição, 2022)**. Com essa pista, tivemos a oportunidade, em um primeiro momento, de buscar compreender como mulheres negras que residem em uma região de alto índice de crimes contra pretas e pardas, no município de Novo Hamburgo, compreendem a representação de seus corpos, constituem redes de relações e o que entendem como violência com caráter de denúncia **(Conceição, 2022)**.

Esse primeiro estudo evidenciou vivências compartilhadas nas histórias das interlocutoras, pois, desde muito pequenas, os códigos e normativas sociais racistas lembravam um sub-lugar representativo. A falta de conhecimento afro histórica da região contribui para uma territorialização acidentada pelo racismo e morte representativa das comunidades negras além da inferiorização de seus corpos **(Conceição, 2022)**.

Com a pesquisa, foi possível ainda compreender que, desde muito cedo, foi preciso aprender a lidar de forma solitária com as violências, criando estratégias para suportar. As interlocutoras expressaram um sentimento de gestoras da comunidade, na medida em que gerenciam trajetórias de semelhantes, cuidam como guardiãs dos seus e evitam que aconteça com seus próximos os atravessamentos que chegaram até elas. Ou seja, são responsabilizadas o tempo todo ao cuidado **(Conceição, 2022)**.

Com base nos resultados dessa pesquisa, foi possível problematizar o nosso próprio processo investigativo. Naquele momento, fazia sentido atribuir foco às dores, às interdições e às estratégias de gestão de nossas vidas e famílias. Essas escolhas, entretanto, não parecem dar conta da complexidade de suas trajetórias, compreensão que nos conduziu a um conjunto de perguntas: será que, enquanto mulheres negras, somos somente isso? Que tipo de narrativa estamos produzindo e quais outras estamos silenciando? Quais partes da história estão sendo contadas? Somos passíveis aos condicionamentos? Quais outras dimensões da vida compõem as nossas re-existências?

⁵ No ano de produção de dados dessa investigação o censo teve atraso devido a pandemia de COVID-19

Adolfo Achinte (2013) nos lança a ideia de re-existência, que compreende uma reelaboração da vida, cotidiano, em condições adversas, pretendendo ultrapassar as condições impostas pelo colonialismo para ocupar uma condição de dignidade na sociedade. Visa descentralizar as lógicas estabelecidas pelo projeto hegemônico que até a contemporaneidade inferioriza, silencia e invisibiliza negativamente a existência de comunidades afrodescendentes/afrodiaspóricas/quilombolas/corpos negros. Nesse sentido, a re-existência é compreendida como dispositivos criados e desenvolvidos para inventar cotidianamente a vida, nesse caso de mulheres negras, para continuar existindo nesta comunidade racializada e discriminatória.

E, assim, comprometida com as escrevivências e movida pelos desejos de compreender as re-existências de mulheres negras que vivem em um determinado território, começo essa narrativa por mim. Sou uma mulher negra, e dessa forma, a pesquisa é intencionada, de caráter político, re-existo escurecendo os caminhos pelos quais trilho. Também sou mãe e moradora dessa comunidade periférica, identificada como uma região de altos índices de denúncias de crimes contra mulheres negras, uma comunidade que está localizada às margens da cidade, fazendo divisa com o município de Campo Bom.

A Morada dos Eucaliptos, onde vivo, teve seu surgimento na urgência de realocar famílias em situação de risco ou de ocupações irregulares, principalmente às margens do Arroio Pampa. Foi o caso da minha família. Morávamos às margens do arroio, e lembro nitidamente que uma das inseguranças era as enchentes. Tenho uma memória muito forte relacionada a uma dessas ocasiões, em que, com a excessiva chuva, aconteceu um deslizamento e uma casa caiu dentro do arroio; a água transbordou para além do fatídico cotidiano. Nessa ocasião, tivemos que sair de barco de casa em uma madrugada muito triste e nos abrigar na frente de uma igreja até que a água baixasse. Era o caso de uma situação de vulnerabilidade em que mais famílias eram acometidas.

Fui para a comunidade com aproximadamente sete anos de idade e hoje me recordo das precárias situações de saneamento básico. Não tínhamos água, luz, o esgoto era céu aberto e as ruas de chão batido, sem contar com a insegurança alimentar que pairava não só no meu núcleo familiar, mas sobre a comunidade. Sentimento de abandono, de não pertencimento e exclusão fazia parte desse território que não era tido como um lugar de referências boas: a violência não poupava nem a nós, crianças, que éramos expostas a cenas cruéis. Uma delas foi a chacina a poucos metros da minha moradia, sem contar os corpos encontrados em situações de violência extrema e de fácil acesso a nós, crianças.

Com o passar do tempo, as transformações foram chegando. Além da luz, água, esgoto, nós podemos ter acesso a escola de ensino básico perto de casa, ao mesmo tempo um Centro de Acolhimento Socioeducativo (Case), que falarei mais adiante, Unidade Básica de Saúde Familiar, e uma escola de Educação Infantil. Note que não mencionei espaço de lazer. A escola foi e, para alguns, ainda é referência de sociabilidade e acesso ao lazer.

Na infância, tínhamos as ruas para nossas práticas de lazer. Reuniam-se as crianças da rua para jogar futebol, dentre outras brincadeiras, e ali preparávamos as goleiras com os chinelos, dos afortunados, pois nem todos tinham esse “utensílio”, desenhávamos o campo e o jogo começava, era a maior diversão. Não posso deixar de falar da organização para que esse momento acontecesse; a circulação de carros, bicicletas e pessoas nos fazia combinar os avisos – “Olha o carro!” – para que parássemos o jogo, evitando, assim, um acidente.

E eram justamente esses gritos que alertavam a minha mãe que eu estava na rua jogando bola e provavelmente com meninos. Preciso enfatizar que minha mãe, mulher de pastor, na época, e mãe de sete filhos, tinha um fascínio em rasgar ou esconder as bolas que eu ganhava, entendia que isso me impediria de jogar, pois aquelas práticas eram consideradas, por ela, não condizentes para meninas. Dizia, repetidamente, que lugar de menina era dentro de casa, fazendo os afazeres domésticos, pois “que tipo de homem iria querer uma mulher assim!?”. Rebelde que sempre fui, tive que, desde pequena, pensar estratégias para poder participar das práticas de lazer na frente da minha casa. Já que era eu, na maioria das vezes, que fazia o “chamarisco” todo.

Com as melhorias na comunidade, anteriormente mencionadas, as crianças tiveram também acesso a projetos sociais como o Viva Vôlei, que foi um espaço que se constituiu como espaço de lazer para mim e meus pares. É inegável que o lanche proporcionado no final das atividades era mais um atrativo para meus colegas e eu. Esse espaço de esporte e lazer me proporcionou mais tarde alcançar feitos que meus ascendentes não tiveram acesso. Fui a primeira a concluir o Ensino Médio e em uma escola particular, na qual fui beneficiada com “bolsa atleta”. Como estudante negra, única da sala, e um dos três alunos da escola toda, não tive vínculos de amizade com meus colegas nos dois anos em que fui aluna daquele lugar, somente com as colegas de time e com a Andrea, técnica da equipe, e que muitas vezes foi meu alicerce para prosseguir aguentando firme. Mas penso que mesmo que tivesse sido diferente, com meus colegas eu não teria condições de acessar as mesmas vivências de lazer que eles acessavam, uma vez que minha rotina era o estudo e trabalho. Desde muito cedo, ajudava minha

família apertando o pino de fivelas para ajudar no sustento; aos treze anos fui trabalhar em uma padaria de domingo a domingo em troca de mercadorias que a mãe mandava buscar.

Uma semana antes de completar dezenove anos, tive meu filho querido, Victor, e, aos 21, minha adorável Larissa, mas isso não fez com que eu parasse de perseguir o inimaginável para mim. Comecei a praticar a Capoeira Angola, o que me possibilitou um encontro com minha ancestralidade, e descobri um universo que minha família havia esquecido, negado por conta da evangelização imposta a eles. A Capoeira Angola, além de reencontro, foi um lugar de lazer a mim oportunizado. A cultura popular que foi instrumento para minha politização, aceitação e filosofia de vida, formação do eu. Foi através da capoeira que entendi a minha “nascente” e entendi para onde deveria traçar o percurso da minha jornada.

“O rio, quando esquece onde nasce, seca e morre”.

(Provérbio Africano)

Tive a oportunidade de estar nesses espaços de esporte, cultura popular e lazer – sem esses atravessamentos, o rio secaria e morreria. Não uma morte material – ou quem sabe!? -, mas seria mais um corpo político e social, abatido pela opressão desse sistema racista, sexista, classista e de tantas outras opressões devidos aos marcadores da diferença.

Mas não parou por aí! O vínculo com práticas esportivas de alta performance também me oportunizou o ingresso na graduação, em 2016, com bolsa de representação esportiva. E no ano de 2019, adentrei no Grupo de Estudos sobre Relações de Gênero, Educação e Violência (GERGEV), sendo bolsista de iniciação à pesquisa. Outro espaço de acolhimento e entendimento do eu enquanto mulher. Confesso que tudo que aprendia colocava em prática em casa e lugares por onde passei, “saíam faíscas”, mas meu ingresso só contribuiu para a construção de quem sou hoje. A Capoeira Angola me possibilitou que eu me posicionasse etnicamente dentro e fora de sala de aula, e o GERGEV como pessoa com marcador de gênero.

É importante que eu reconheça que na minha comunidade esses tipos de oportunidades são ínfimos, considerando as carências postas. Nesse sentido, compartilho atravessamentos de mulheres negras da minha comunidade, o que me coloca em singularidade com a matriz de produção de subjetividades, (re)significadas e tensionadas⁶. Assim, ressalto que minhas vivências e experiências me possibilitaram um caminho adverso ao qual o corpo negro e

⁶ **Jota Mombaça (2017)** deixa nítido que ‘lugar de fala’ não é a possibilidade de autorizar ou não o discurso, pois não se refere a ‘quem’ produz, mas ‘como’ é produzida essa fala.

feminino é representado. Dessa forma, não sou a mulher preta periférica que “deu certo”, mas a mulher preta que, com o asfalto já pavimentado e acesso a um pouco mais das migalhas dos direitos sociais, conseguiu romper com a bolha imposta para nossos corpos e usar disso para reverberar nesse espaço de poder, vozes de tantas outras que são silenciadas e continuar a pavimentação.

Ser pertencente a essa comunidade há mais de vinte anos me possibilitou, na primeira investigação, assumir um posto nessa trincheira, como as demais mulheres, de interlocutora da pesquisa. Foi um processo que me possibilitou acessar minhas memórias e vivências nesse contexto para rememorar fragmentos da história da comunidade não documentada em registros oficiais e, também, para entender as subjetividades compartilhadas em nossas vivências condicionadas pelos marcadores, mecanismo social e territorial; ou seja, uma visão de dentro.

Com a primeira pesquisa, pude alcançar resultados potentes pelo que eu representava para as interlocutoras: uma semelhante. Mas entendi, naquele momento, que tratar das dores fazia sentido e foi um tema muito potente, mas não posso trazer apenas um lado de seus cotidianos e subjetividades. Ao entender a autoridade da escrita, não quero nos acometer à periculosidade de uma história única e definitiva de nossos corpos e vivências (**Chimamanda Adichie, 2009**). Assim, foi de extrema importância refletir e produzir outros questionamentos: Quais são as inventibilidades dessas mulheres negras para seguir existindo? Quais suas dinâmicas de tempos/espços livres de trabalho e obrigações? Existem? Quais são as negociações para as práticas e usos do lazer? Quais ressonâncias das violências nas vivências do lazer?

Compreendendo o intrincamento que contorna os corpos pretos femininos, entendemos uma urgência em adentrar nas práticas cotidianas dessas mulheres, moradoras dessa territorialidade específica. Desse modo, de qual forma são tecidas as viabilidades de re-existência de mulheres negras para as práticas e usos do lazer em seus cotidianos, em uma região de altos índices de denúncias de crimes contra elas?

Não podemos escurecer⁷ os sentidos e vivências do lazer de mulheres negras sem adentrar em outros eixos como a violência, gênero e sem deixar de dispor à mesa um elemento que (des)constrói e, de um modo balizador, (des)organiza nossa sociedade: o racismo. Para isso, é relevante realçar a estrutura social que atravessa, sem dó, os corpos de mulheres negras que

⁷ Ato político que vai à contramão de “clarear” nossos corpos nesse sistema. Medida que busca uma desconstrução da linguagem colonialista e racista, além de enfatizar a urgência em “escurecer o lazer”.

são suscitados de representações, entendidos como códigos linguísticos, que classificam e geram significados que regulamentam o comportamento social (**Stuart Hall, 2016**).

Podemos puxar um fio das representações de **Hall (2016)** para alinhar com o que nos aponta **Sueli Carneiro (2005)**: a relação estruturante que o conceito raça tem na sociedade é de origem colonial e multirracial. Também, destaca que raça/cor/etnia são fatores de extremo impacto na estrutura de classes da sociedade, em especial na brasileira, ou seja, esses fatores apontados por **Carneiro (2005)** são resultados de significações gerados de um sistema escravocrata, com códigos linguísticos que, sendo estruturantes na nossa sociedade, classificaram e continuam classificando corpos que são regulados e regulamentam o comportamento social. Perante a isso, o cerne do racismo, fundamentado por uma pseudociência, buscou legitimar uma práxis política e ideológica, mediante a uma representação social sobre o outro que não se caracteriza como branco. Acompanhado a isso está a construção de uma supremacia branca, dotada de privilégios, legitimados pelas representações desse corpo branco, sejam eles simbólicos ou materiais, que sustenta a permanência da discriminação racial (**Carneiro, 2005**).

Mulheres negras são imersas nesses significados culturais interseccionados com outros marcadores como gênero e classe. São, portanto, corpos racializados, generificados e atravessados por classe (**Hall, 2016; Gonzalez, 1988; Carneiro, 2005**). Novamente, vê-se mais sujeições intrínsecas nos corpos de mulheres negras. Mas o que isso quer dizer? O que essas representações interferem ou causam nos sentidos e vivências do lazer? De qual lazer estamos falando? Quais outras inventibilidades e significados do lazer? Quando interseccionamos mulheres negras e suas representações com uma região de alto índice de violência contra pretas e pardas e lazer, quais possibilidades emergem para continuar existindo? De que forma as re-existências do lazer ressoam nos cotidianos de mulheres negras moradoras de uma região de alto índice de violência contra seus corpos no município de Novo Hamburgo-RS?

Essa pesquisa, portanto, objetiva analisar as dinâmicas do cotidiano e os arranjos que possibilitam o usufruto do lazer a partir das narrativas de seis mulheres negras que vivem em contextos de violência de gênero em Novo Hamburgo. Para fins de organização do trabalho, subsequente a esse eixo de contextualização da trajetória da pesquisa, materializado no capítulo da introdução, apresento o referencial teórico e, na sequência, o processo metodológico que conduziu essa investigação. Por fim, no último eixo, apresento um artigo no qual direciono o foco para a análise do cotidiano dessas mulheres e a sua interlocução com o debate sobre lazer.

1.1 POR QUE ESTUDAR LAZER E MULHERES NEGRAS EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA IMPORTA?

Lazer, segundo Marco Paulo Stigger (2009), é um tema que anteriormente ficava às margens das investigações acadêmicas no contexto das Ciências Sociais, uma verdade que pode ser constatada nos dias atuais. Porém, na Educação Física brasileira, essa temática é considerada importante e origem de preocupações daqueles/as que atuam na Área (Stigger, 2009).

À vista disso, no universo acadêmico, alguns gargalos são encontrados quando, em nossas buscas bibliográficas, tentamos interseccionar as palavras-chave ‘Lazer’, ‘Mulheres negras’ e ‘Violência’. É importante sinalizar que em buscas nas plataformas Scielo, Oasis Br e Teses, dissertações da Capes e Google Acadêmico há uma quase inexistência de produções acadêmicas que têm sua lente de pesquisa voltadas para essa temática. Apresento resultado na Tabela 1:

Quadro 1: Busca nas bases de dados

Base de dados	Descritores: Gênero, Mulher Negra, Lazer, Violência⁸
Scielo	Não encontrados
Oasis Br	VIANA, Iara Félix. Mulheres negras e baile funk: sexualidade, violência e lazer. 2013.
Google Acadêmico	VIANA, Iara Félix. Mulheres negras e baile funk: sexualidade, violência e lazer. 2013.* GOELLNER, Silvana Vilodre et al. Gênero e raça: inclusão no esporte e lazer. 2009.

⁸ Busca intencionada na intersecção de lazer e mulheres negras, obrigatoriamente, nesse sentido não foram agregadas produções que houvesse somente gênero, violência e lazer. Portanto a intencionalidade da busca foi o marcador étnico-racial no campo do lazer.

	<p>VIANA, Iara Pires. TERRITÓRIO FUNK E FEMINILIDADES: subjetividades construídas entre relações de poder, a rua e a violência. <i>Revista Brasileira de Estudos do Lazer</i>, v. 3, n. 3, p. 118-135, 2016.</p>
	<p>DAS DORES, Lucilene Alencar et al. Rompendo os silêncios sobre o perfil do lazer da população negra no Brasil. <i>LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer</i>, v. 24, n. 4, p. 324-356, 2021.</p>
<p>Teses e dissertações da Capes</p>	<p>Não encontrado</p>

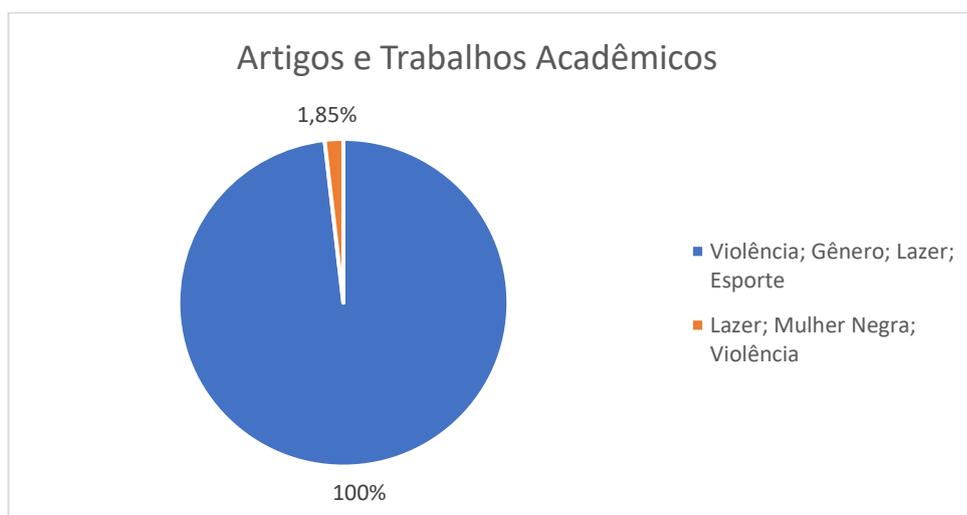
Fonte: Tabela feita pela autora

Nota: *Texto repetido

O quadro mostra que foram encontradas, nas bases de dados mencionadas, apenas quatro produções em que interseccionam os descritores. Já em outra busca bibliográfica, realizada pelo grupo de pesquisa⁹, nas bases de dados Google Acadêmico, Scielo, Oasisbr, Lilacs e Bireme, utilizando descritores: Violência, Gênero, Lazer e Esporte, foram encontradas 54 produções, entre artigos e trabalhos acadêmicos, porém entre elas, há apenas uma produção que intersecciona Lazer, Mulheres negras e Violência, como mostramos graficamente abaixo:

⁹ Deixo aqui meu agradecimento à **Esthefani Guedes**, que fez de modo muito organizado a busca dos dados para o grupo e os disponibilizou para eu adicioná-los na minha pesquisa. Meus sinceros agradecimentos!

Gráfico 1 - produção que intersecciona Lazer, Mulheres negras e Violência



Fonte: Gráfico produzido pela autora

O gráfico nos possibilita visualizar a baixa produção de trabalhos que tratam sobre essa articulação, bem como evidencia que dentro dessas produções há uma subprodução de trabalhos que acionam mulheres negras, lazer e violência, representando apenas 1,85% dessas produções¹⁰.

Ainda tratando sobre ausências, as autoras e autores **Lucilene das Dores, Adriano da Silva, Danilo Ramos**, Edmur Stoppa e Hélder Isayama¹¹ (2021) denunciam a ausência de estudos de lazer e negritude. Essa falta reforça, na esfera acadêmica, o racismo na forma de invisibilização de produções científicas sobre a temática. Evidenciam que a Revista Licere nos últimos cinco anos publicou 393 artigos, sendo, desse total, apenas quatro produções que apresentaram no título ou nas palavras-chave alguma conexão com discussões sobre negro/a, negritude, etnia/raça (**Das dores et al**, 2021).

Portanto, essa investigação parte de ausências. Cristiane Gomes (2014) aborda as ausências em diversos contextos sociais e isso explica, mesmo que parcialmente, o estranhamento e o desconforto causado em estudiosos que não admitem a existência do lazer em uma conjuntura minoritária. Justamente por estarem oclusos nas lógicas e cosmovisões, supremacistas, de sociedade, e com isso invisibilizando, silenciando e marginalizando o lazer em determinados contextos (Gomes, 2014). Por essa razão, a relevância dessa pesquisa parte

¹⁰ Nem todas as produções encontradas abrangem, obrigatoriamente, todos os descritores solicitados. Nesse sentido, descrevo como 100% no gráfico, visto que a única produção que incorpora mulheres negras também aciona lazer e violência.

¹¹ Não consegui informações na Plataforma Lattes sobre sua etnicidade. Ao mesmo passo que venho salientar a presença dessa informação na Plataforma Lattes.

do silenciamento/ausência existencial de mulheres negras no campo lazer, especificamente em contextos de violência.

Cabe registrar aqui que a cidade de Novo Hamburgo, lugar no qual essa pesquisa se realizará, invisibiliza trajetórias, em todas as esferas sociais, da diversidade que constitui a comunidade negra, inclusive nas vivências do lazer. Isso parte, segundo Magna Magalhães (2010), da inexistência de documentações pós-abolição que retratem a comunidade negra no município e, conseqüentemente contribui para o apagamento histórico de resistência social. Mas também é o município que, em contrapartida, curiosamente ilustra a comunidade alemã como heróica, intrínseca de virtudes. Destaco que as principais causas da imigração alemã foram uma suposta melhoria da “raça” (superioridade racial) e a utilização do trabalho livre (Magalhães, 2010).

Mas por quê lazer é importante nesse contexto? Entendo que pensar lazer em um contexto de violência contra mulheres negras significa não enquadrar essas mulheres como passivas dessa condição, é desatar o nó que persiste em observar somente questões que as atingem, sem dó, e olhar para as re-existências que os condicionamentos provocam. Para ajudar a pensar em lazer, Ariane Pacheco e Stigger (2016) nos instigam a compreender o lazer como pertencente às diversas esferas da vida, estando intrínseco a uma rede simbólica, que são formadas e formadoras de sujeitos, nesse caso, mulheres negras, que atuam nesses cenários, aqui, de violência contra elas.

Vislumbrar outros caminhos a partir de uma compreensão que tem sua matriz de subjetividade enraizada em uma determinada territorialidade é trazer olhares para o campo do lazer de experiências que permeiam nos campos étnico-raciais, de gênero e violência de sujeitos que estão inseridos em outras temporalidades e territorialidades – região de alto índice de violência contra mulher negra no município de Novo Hamburgo –, e isso nos chama a adentrar a uma habitualidade e resistências que de forma (re)significativa nos desafia a (re)construção de nossas pesquisas, tanto no âmbito político-social quanto no campo do lazer.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MULHERES NEGRAS: TRAJETÓRIA HISTÓRICO-SOCIAL

Primeiramente, entendemos que é preciso demarcar o posicionamento, não só, mas também deste capítulo, em específico. Serão referendadas, em totalidade, autoras e autores negras e negros, uma medida que ora demarca um posicionamento étnico-político, ora enaltece a intelectualidade negra historicamente negada e silenciada. “Nós mesmos contando a nossa história!”.

Enceto essa discussão na esfera populacional de um sistema escravagista, pois, embora os homens escravizados constituíssem a maioria, não podemos dizer que a situação das mulheres negras fora mais branda (**Gonzalez, 2018**). Negras e negros escravizados tinham como papel social e econômico a força de trabalho, e nesse cenário a proporção de mulheres negras era uma para cinco escravizados (**Abdias Nascimento, 2016**).

Destaca-se a importante incumbência das mulheres negras que foram trabalhadoras de eito, ou mucamas, bem como na doação de força moral para seus parceiros, filhos e irmãos de cativeiro. Como escravizadas de eito, eram exploradas em atividades de extremo uso da força braçal nas plantações. Na condição de mucamas, na casa grande, eram responsáveis por todos os afazeres domésticos, inclusive pelo cuidado e amamentação dos filhos das sinhás (**Gonzalez, 2018**). Não o bastante, eram acometidas pelos estupros advindos dos senhores escravocratas, que também tinham como fonte de renda o agenciamento da prostituição de escravizadas (**Nascimento, 2016**).

No fim do tráfico negreiro, a miscigenação, oriunda dos estupros dos senhores, assim como, dos sinhôs-moços, era fonte de enriquecimento, aumentando não só a mão de obra escrava, mas também fortalecendo a continuidade do sistema escravista (**Jurema Werneck, 2004**). Esse enredo de violência e acometimentos às mulheres negras se funde em representações negativadas que perpetraram para além do período escravagista e que na contemporaneidade ainda estão impregnadas nos corpos negros femininos ocasionando a manutenção/missividade das violências acometerem as mesmas.

Nesse sentido, a política eugenista no Brasil no século XX tentou, através da ideia de seleção e padronização do ser humano, a melhoria das características genéticas da população brasileira; imaginário esse que tem por base os moldes europeus que influenciavam uma modernização social. Com isso, criaram-se técnicas médicas para o extermínio e manipulação dos indesejados: nesse caso, a população negra. E, sem hesitar, acometeram mulheres negras

como alvos para essas medidas. Em um primeiro momento, mediante à tentativa de branqueamento da população pela miscigenação, em relações interracialis, podendo ser representado na tela *Redenção de Cam*, de 1895, de Modesto Brocos, e, mais tarde, com o recurso de esterilização cirúrgica em mulheres negras, um dispositivo efetivo, sendo abonado, em muitos casos, legalmente, com o apoio dos Estados Unidos (Werneck, 2004).

A política de miscigenação instaurada não obteve êxito, tão pouco a esterilização em massa de mulheres negras. Contudo, a visão de extermínio dos indesejados está impregnada em todas as esferas sociais. Uma política da morte que dita quem pode viver e quem deve morrer. Os altos índices de violência contra mulheres negras, oriundas de representações em uma sociedade racista e sexista, entre outros atravessamentos, em que mesmo com dados que evidenciam que mulheres negras estão mais propícias às violências e à morte, não há políticas públicas voltadas para a proteção quiçá a cogitação de estratégias para o enfrentamento da problemática que assola esses corpos. Como também na esfera de mães somos atropeladas pelas as altas estatísticas de mortes de jovens negros, nossos filhos, nas periferias, provindas de um necroestado a fim exterminar com os indesejados. Isso exemplifica exercício da soberania no controle sobre a mortalidade e de definir a vida como implantação e manifestação de poder (Achille Mbembe, 2018).

Logo, podemos escurecer o entendimento de que há uma complexidade em que as mulheres negras são atravessadas e que os marcadores da diferença não agem de modo distinto, assim como as temporalidades sociais. As re-existências das ‘mulheres negras’ como sujeito identitário e político são fruto de uma construção heterogênea decorrente de lutas nas esferas políticas, culturais e históricas, enfrentando séculos de escravidão num sistema de dominação ocidental eurocêntrico. Em outras palavras, as mulheres negras se reformulam constantemente. Afirmando essa heterogeneidade, destaca-se o demarcador temporal, sendo ele importante para pensar as diferentes visões que ressignificaram esses corpos pretos femininos. É inegável que o racismo foi um grande marcador dessa construção social, assim como atribuiu privilégios a um grupo dominante, independentemente do sexo, reconhecendo, assim, que mulheres brancas, em diferentes épocas, foram e são um polo de violência e poder (Werneck, 2010).

É evidente que a violência, em suas diversas formas, sempre fez e faz parte da dinâmica social de mulheres negras. O que seria ‘história’ e ‘lembranças’ de um período colonial, esse ideário colonialista e o racismo está vivo na dinâmica social, adquirindo inovações em seus contornos e funções para sustentar uma falsa democracia social. A trajetória histórica que mulheres negras tiveram se difere do discurso clássico de opressão à mulher, pois não dá conta,

subjetivamente, da opressão sofrida na esfera das mulheres negras (**Carneiro, 2003**). Retomar tais discussões e mantê-las em pauta é, penso eu, fundamental para não cometer os mesmos erros e violências, sobretudo as que incidem sobre os corpos racializados.

Enquanto mulheres brancas lutaram contra a fragilização, submissão e dependência do homem imposta a elas, mulheres negras desempenhavam trabalhos braçais iguais aos de homens escravizados e, com isso, ocultavam essa ‘feminilidade idealizada’. Porém, o que as tornava diferentes dos homens era terem seus corpos violados pelo estupro, uma violência relacionada diretamente com a colonização, assim como com a cultura do estupro. Não podemos deixar de frisar que o fruto miscigenado desse estupro tornou-se uma tentativa infame de romantização (**Djamila Ribeiro, 2018**).

Atualmente, tratando-se de violência doméstica, os corpos mais violentados são os corpos de mulheres negras. Ressalta-se que todas as mulheres são sujeitas a esse tipo de violência, porém mulheres negras estão mais propensas, levando em conta todo percurso histórico de desumanização e hipersexualização (**Ribeiro, 2018**). A erotização dos corpos das mulheres negras tem um papel social determinante: elas são vistas somente para satisfação de desejos masculinos, porém não contemplam os requisitos impostos pela sociedade de ‘mulher para casar’, pois a esse posto já está demarcado, pela sociedade racista, para mulheres brancas (**Ana Pacheco, 2008**). E mais: a mulher mestiça, por meio de uma erotização ou confraternização sexual, seria o símbolo máximo do Brasil moderno. **Pacheco (2008)** afirma que as construções de gênero, raça e sexualidade/erotismo acrescentam os alicerces fundamentais na base da formação da sociedade brasileira. Isso se reafirma em um velho ditado racista: “preta pra cozinhar / mulata pra fornicar / e branca pra casar” (**Gonzalez, 2018, p. 47**).

A inferiorização desse corpo negro feminino se dá pela hierarquização social, a qual abrange o racismo e o sexismo, além de outros marcadores que são condicionados e condicionantes. Vivemos em uma sociedade que disputa o poder entre diferentes segmentos sociais, os quais privilegiam a população branca, de sexo masculino. Em contrapartida, os conflitos entre gênero e raça são marcadores hierarquizantes que destinam às mulheres negras as condições de vida abaixo de seus pares que não carregam o peso da raça (**Werneck, 2007**).

Representações construídas e carregadas para/por mulheres negras, sendo vistas como fáceis, que não merecem respeito e que são lascivas, contribuem, segundo **Ribeiro (2018)**, com essa cultura de violência que acometem a esses corpos. Mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que têm sua identidade relacionada a um objeto, são retratadas como antimusas da sociedade (fora da universalização eugênica), mulheres que até pouco tempo atrás

tinham as barreiras da “boa aparência” em anúncios de emprego, não que isso tenha mudado, mas adquirido novas formas de exclusão não anunciadas/explicitas. Mulheres que são invisibilizadas/violentadas pelo sistema de saúde e em suas vastas esferas, um corpo que, aos olhos da sociedade, não carece de cuidados (**Carneiro, 2003**).

O discurso clássico de opressão contra a mulher tem falhado no que tange às experiências históricas das mulheres negras, não reconhecendo, como também não percebendo, ou negando, a proporção quantitativa que o efeito das opressões acometidas a essa subjetividade feminina racializada (**Carneiro, 2003**). **Ribeiro (2019)** elucida esse ponto no discurso de Soujoner Truth, realizado em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851, em uma Convenção dos Direitos da Mulher. Intitulada “E eu não sou uma mulher?”, a fala traz à tona as disparidades não somente no trato social, mas também colocaria em questão a universalização da categoria mulher: mulheres negras nunca foram tratadas como frágeis, esse mito de fragilidade feminina nunca chegou até nossos corpos.

No movimento feminista brasileiro, oriundo de uma classe média acadêmica, forjada pelos traços sociais construídos historicamente (hierarquizações, discriminação racial e de classe, juntamente com a negação do racismo), promove-se desigualdades que afetam não somente as relações de gênero, como também mostra-se uma maneira diferenciada de acesso ou inserção de mulheres negras como seres autônomos e políticos ao movimento (**Carneiro, 2003**). Esse é um ponto-chave que mostra que a luta das mulheres negras não está apenas em denunciar racismo e o machismo, mas também em se declarar mulher no meio de seus pares, que, por muito tempo, levantaram bandeiras feministas, porém inviabilizaram a voz da mulher preta.

As mulheres negras sofrem múltiplas¹² discriminações, e **Gonzalez (2018)** já apontava essa problemática que envolve o sexismo, racismo e elitismo como fatores oriundos desse sistema opressor. Posteriormente, **Kimberlé Crenshaw (2004)** denomina essas sobreposições de interseccionalidade, e esse conceito passa a ser formulado com o objetivo de compreender os resultantes estruturais e as dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos na subordinação.

Didaticamente, **Crenshaw (2004)** expõe que, quando lidamos com as discriminações distintas, cada uma em sua caixinha de opressão, seja ela de gênero, raça e classe (não negando aqui outras categorias de discriminações, mas objetivando a temática dessa pesquisa), não compreendemos a completude. Mulheres negras não sofrem somente por serem negras, sofrem

¹² **Gonzalez (2018)** cita “tripla discriminação”, porém entendemos que para não limitar somente a essa multiplicação exata, e considerando a nossa pesquisa, compreendemos que há mais possibilidades de discriminação que essa dada quantidade.

também por serem mulheres, assim como são afetadas pela sua classe; sendo assim, todas essas categorias de discriminações são indissociáveis. A interseccionalidade sugere que tratemos de grupos sobrepostos, uma síntese dos marcadores sociais, tendo em vista de que nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas (Crenshaw, 2004). A partir dessa subjetividade que atravessa esse corpo negro e feminino, podemos entender as opressões e consequenciais violências peculiares, acometidas contra as mulheres negras – a discussão sobre interseccionalidade segue no próximo eixo de discussão, ao incorporar os debates sobre violência.

2.2 ENTENDENDO AS TRAMAS DE GÊNERO E VIOLÊNCIAS COM MULHERES NEGRAS

Historicamente, a palavra 'gênero' vem sendo ressignificada, não tendo um sentido único. Gramaticalmente, é entendida no sentido de classificar fenômenos: “um sistema socialmente consensual de distinções e não uma descrição objetiva de traços inerentes”. Inicialmente, nessa perspectiva literal, feministas começam a usar a palavra mais seriamente, a fim de se referir à organização social entre os sexos (Joan Scott, 1995, p. 72). Porém, segundo Linda Nicholson (1999), nesse período, gênero não era visto pela maioria como um suposto substituto para 'sexo', mas tinha a intenção de implodir pretensões de abrangência do termo. Scott (1995) complementa que o vocábulo em questão indica uma recusa ao determinismo biológico, tácito no uso de termos como 'sexo' ou 'diferença sexual' (p. 72).

Feministas do final dos anos 1960 e início dos anos 1970 tinham compreendido a premissa dos fenômenos biológicos dada como verdade para a diferenciação de homens e mulheres (Nicholson, 1999). Nesse sentido, a autora problematiza a ideia de que feminino e masculino são tomados como base e com isso os significados culturais são constituídos. Assim, transforma-se o sexo biológico em produtos da atividade humana, ou seja, a determinação biológica é entendida como verdade e é a que regula/dita o comportamento, conduta, social. Thomas Laqueur (2001) contribui com o argumento de que o então sexo biológico não oferece um fundamento sólido da categoria cultural de gênero, mas ameaça constantemente subvertê-lo.

Cabe, nesse ponto, aprofundar a discussão, pois, na medida em que a recusa para o determinismo biológico era pautada de um lado, em contrapartida, a ciência em suas diversas

especificidades (medicina, biologia e psiquiatria) e com seus métodos instrumentais constituíam discursividades acerca de corpos racializados. O determinismo formou um discurso racial biológico e construiu um ser biológico inferior (Ubiratã Freitas, 2009)

Nesse sentido, o processo vai além do fator sexo, pois também houve atravessamentos nos marcadores de etnicidade/raça e sexualidade. O determinismo biológico, segundo Nicholson (1999, p. 8), toma o biológico como “verdade”, que, por sua vez, determina comportamentos e condutas do corpo, ou seja, “pensar o corpo assumindo cada vez mais o papel de testemunha da natureza do eu”.

Scott (1995) separa gênero em duas grandes partes e outros diversos subconjuntos, estando eles interligados, porém devendo ser analiticamente diferenciados. O centro dessa definição repousa em uma conexão integral entre duas tensões. A primeira entende que o gênero é um elemento que se constitui a partir das relações sociais que têm como base as diferenças percebidas entre os sexos. Com base na diferenciação dos sexos, são delegadas condutas/comportamentos que irrigam o mecanismo social. Em seguida, Scott (1995) diz que o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.

A modernidade trouxe o poder disciplinar que torna o sujeito identificável e, com essa individualização, o sujeito se torna atento a suas condutas, que são constituídas pelo poder e que aprisionam o sujeito. Para a manutenção e sucesso desse processo, faz-se presente tecnologias disciplinares com causa/efeito de individuação e vigilância constante, duas formas de regulação (Isabella Ferreirinha; Tânia Raitz, 2010).

Judith Butler (2014) sinaliza que referir-se à regulação no plural já é reconhecer que são essas leis, regras e políticas concretas que constituem os instrumentos legais pelos quais as pessoas são tornadas normais ou anormais (evidencio a dicotomia). A autora também acrescenta, primeiramente, que o poder regulador não age apenas sobre um sujeito pré-existente, mas também delimita e forma esse sujeito e para além, pois toda forma jurídica de poder possui efeito de produção. Em segundo, tornar-se sujeito de uma regulação é equivalente a ser subjugado por ela, ou seja, tornar-se sujeito porque foi regulado. O segundo ponto decorre do primeiro porque os discursos regulatórios que conformam o sujeito do gênero são precisamente aqueles que o requerem e o induzem (Butler, 2014, p. 252)

Sujeitos normais ou anormais são definidos por modelos regulamentadores e disciplinares, que agem no sentido de incluir todos, seguindo critérios de comparação, comparabilidade de medidas – ou seja, referência. Lembramos neste instante que a “ciência” fez e faz esse papel, referindo-se a várias esferas do corpo, como citado anteriormente. “Nas

operações de normalização, portanto, estão colocadas as muitas ações biopolíticas que, ao agir sobre os indivíduos da população, visam trazer para zonas de normalidade aqueles que estão sob risco” (Maura Lopes, 2013, p. 43). Butler (2014) complementa que gênero requer e institui seu próprio regime regulador e disciplinar específico, e que, para gênero ser uma norma, requer maiores elaborações analíticas. “Uma norma opera no âmbito de práticas sociais sob o padrão comum implícito da normalização” (Butler, 2014, p. 252).

Segundo Meyer e Silva (2020), “gênero é, então, definido como um saber que que promove significações para as distinções corporais” (Meyer; Silva, 2020, p. 497). A autora e o autor também explicam que as diferenças sexuais não podem servir como um fator do conhecimento sobre o nosso corpo, pois esse conhecimento não é puro, na medida em que não pode ser isolado de uma implicação de contextos discursivos e ameaçadores. Nesse sentido, há a inversão da equação que provém do determinismo e fundacionalismo biológico, pois o gênero é o que produz o sexo, como conhecimento sobre o corpo. Ou seja, a sociedade e a cultura são responsáveis, não só, pela formação da personalidade e pelo comportamento do sujeito, como também formam as maneiras como o corpo e o sexo aparecem (Meyer; Silva, 2020). Portanto, o corpo é acidental e sobre ele a sociedade produz significados, através de discursividades, que, por sua vez, fazem com que ele mesmo (e o sexo) apareça (Nicholson, 1999).

Nesse sentido, os corpos aparecem, ou seja, são significados e fundamentados a partir de uma naturalização do par binário. Acrescentamos aqui um tom universalizante, o masculino ou o feminino (destacando a heterossexualidade, dita como um exercício de sexualidade normal), e, nesse viés, tais modos de viver são produzidos como desejáveis, normais e legítimos. Esses mecanismos se tornam inteligíveis à ação social, pois produzem lugares, práticas e subjetividades genuínas (Silva; Meyer; Riegel, 2021).

Podemos adicionar às relações de poder de gênero de Meyer (2009) a articulação com as tecnologias de gênero de Tereza de Lauretis (1994). Produzidas para/pelo poder, são mecanismos oriundos por uma determinada racionalidade que acionam técnicas, procedimentos, práticas e discursos para produzir sujeitos generificados, assim como “articulam-se a outras tecnologias que coordenam e compõem saberes, instrumentos, instituições, produzem e organizam espaços, distribuem objetos e pessoas” (Silva; Meyer; Riegel, 2021, p. 7). Assim, podemos refletir sobre as tecnologias de gênero na infância, quando institui-se certos brinquedos para meninas e outros para meninos, ou, ainda, os comportamentos e espaços que devem ser ocupados por cada um – a exemplo disso, podemos citar a brincadeira de casinha, em que meninas brincam de bonecas e de donas de casa, mostrando, assim, que há

um espaço/lugar e comportamento discursivo para esse corpo generificado, caracterizando, pois, uma tecnologia de gênero.

É importante ressaltar que esse estudo não tem a pretensão de ter um discurso restritivo sobre gênero que, segundo Butler (2014), insiste no binarismo homem e mulher para compreensão exclusiva sobre o tema, no sentido de naturalizar e excluir a possibilidade de pensar sua quebra. Porém, deparamo-nos com dados dicotômicos que reforçam essa regulação de poder. Nesse viés, problematizamos, aqui, ligeiramente a temática, porém focamos e nos debruçamos nos registros de ocorrências de crimes de violência contra mulheres negras, o que nos condiciona à ‘caixa dicotômica’.

Silva, Meyer e Riegel (2021), ainda, nos ajudam a articular que as tecnologias de gênero são fundadas e legitimadas pelas normas que constituem e agregam mecanismos de regulação, tecnologias que, a partir de certos parâmetros, objetivam normalizar os sujeitos. Esse conceito é nomeado por Butler (2014) como “regulação de gênero”. Condução que concerne sobre o indivíduo e, também na população, intencionando o governo das condutas. Nesse sentido, as “tecnologias de gênero”, de Lauretis, e as “regulações de gênero”, de Butler, incorporam a violência como mecanismo de regulação na ordem das relações de poder (Silva; Meyer; Riegel, 2021). Segundo Meyer (2009), é nesse cenário de relações de poder de gênero e sexualidade naturalizada, fundada em práticas discursivas e não discursivas, que se estabelece e prescreve o desejável e o inaceitável, em diferentes instâncias sociais e culturais, e viabiliza condições para que a violência transcorra (Meyer, 2009).

Mas o que é violência? Michel Misse (2016) evidencia que 'violência' tem um sentido polissêmico, mesmo parecendo que tenha um sentido unívoco ou óbvio. À vista disso, passa por reformulações com o passar dos tempos. Isso se dá pela falta de concisão do sentido de 'violência', aglutinando um número cada vez maior de ações e comportamentos, derivados do processo civilizatório. Desse modo, hoje há mais 'violência' que outrora, pois há mais ações e práticas interpretadas moralmente assim do que no passado. E, com isso, a maioria das violências, consideradas socialmente, passou a ser, na modernidade, criminalizada pelo Estado (Misse, 2016).

A exemplo disso, temos as violências acometidas a mulheres que cada vez mais são rejeitadas social e tipificadas criminalmente pelo Estado. Segundo estatísticas, em 2019, 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil. Um número que diminuiu significativamente referente aos 4.519 casos de homicídios femininos registrados no ano anterior, em 2018. Porém, cabe ressaltar que a diminuição dos números registrados em 2019 segue a mesma inclinação do

indicador geral de homicídios, que inclui homens e mulheres, em que a redução foi de 21,5% comparando ao ano anterior. Contudo, aparentemente uma notícia positiva, torna-se passível de problematização quando, nesse mesmo período, acontece um crescimento significativo de 35,2% de registros de Mortes Violentas por Causa Indeterminada, de 2018 para 2019 (Daniel Cerqueira *et al*, 2021).

No sentido de interseccionar essa discussão sobre a violência e mulheres negras, lembramos do capítulo anterior, no qual discutimos o percurso histórico e as consequentes representações sociais que acarretam subordinações e violências que, por sua vez, transcendem um corpo generificado. Assim, as mulheres negras têm seus corpos atravessados pelo gênero, porém somente esse marcador não sustenta os intrincamentos sociais sofridos por elas.

Podemos mirar nos mesmos dados anteriormente apresentados de homicídio de mulheres. Em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras, uma taxa de 4,1, enquanto a taxa de mulheres não negras foi de 2,5. A partir dessa medida, se entende que o risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que as não negras. Cabe observar que não são números pontuais de um período, são estatísticas recorrentes. Em análise dos últimos onze anos, a violência letal não se traduziu na diminuição da desigualdade racial. Exemplificando, de 2009 a 2019 a taxa de mortalidade entre mulheres negras caiu 15,7%, ao passo que a redução entre mulheres não negras foi de 24,5%. Nesse sentido, se considerarmos a diferença entre as duas taxas de mortalidade de mulheres negras, a de 2009 era de 48,5%, superior à de seus pares não negros; e, onze anos depois, a taxa é de 65% superior à de não negras. Um aumento de 2%, em números absolutos, entre 2009 e 2019, de mulheres negras vítimas de homicídio, em contrapartida há uma redução de 26,9%, no mesmo período, de homicídios de mulheres não negras (Cerqueira *et al*, 2021).

O que condiciona que mulheres negras tenham os números significativamente superior a seus pares – referindo-se, de modo generificado, às não negras –: é a estrutura racial social. **Carneiro (2003)** sustenta que o racismo deve ser compreendido como um eixo de conexão das desigualdades que impacta nas relações de gênero, pois raça e sexo são construções históricas que subsidiaram marcadores que fundamentam discriminações e subalternidades que “justificam”, em suas representações, as assimetrias sociais, o que pode ser visto nos dados apresentados e na situação de maior vulnerabilidade em todos os âmbitos sociais em que mulheres negras se encontram (**Suelaine Carneiro, 2017, p. 19**).

Apesar da Lei 11.340/06, Lei Maria da Penha, criar mecanismos para coibir, prevenir, punir e erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher – note a palavra no

singular/universalizante –, conforme dados anteriormente mostrados, tal legislação não tem surtido efeito para a proteção de mulheres negras. Contudo, serviu, segundo Márcia Bernardes (2020), para diminuir a incidência de violência de mulheres brancas.

Crenshaw (2002) aponta conceitos que podem elucidar o processo de subalternidade de corpos que são atravessados por interseccionalidades de violência e, conseqüentemente, o silenciamento que ocorre por intermédio das operações de superinclusão ou de subinclusão. O termo 'superinclusão' tenta dar conta, segundo Crenshaw (2002), de um problema ou condição imposta de forma desproporcional ou específica a um subgrupo de mulheres, que é, de forma muito simples, absorvido como um problema de gênero, sem qualquer tentativa de problematizar, analisar os fatores raciais ou outros fatores discriminatórios sobre tal circunstância. Ou seja, trata-se da não atenção de que marcadores de subordinação podem contribuir para que determinadas mulheres – atravessadas pela raça ou outra discriminação – tivessem mais probabilidade de tal vulnerabilidade, porém invisibilizadas pela absorção à categoria mulher, gênero.

A 'subinclusão', sendo uma análise de gênero, é quando um grupo de mulheres subalternadas enfrenta um determinado problema, em parte por ser mulheres, porém isso não é percebido como um problema de gênero, pois não faz parte de experiências de mulheres do grupo dominante (**Crenshaw, 2002**). Isso significa observar que “nas abordagens subinclusivas da discriminação, a diferença torna invisível um conjunto de problemas; enquanto que, em abordagens superinclusivas, a própria diferença é invisível” (**Crenshaw, 2002, p. 176**).

Dessa maneira, segundo Bernardes (2020), entende-se que na luta contra a violência de gênero no Brasil houve uma dupla forma de invisibilização das mulheres negras, assim como de outras mulheres não brancas. Primeiramente, houve uma superinclusão, visto que as singularidades de problemas de violência doméstica contra mulheres negras não foram apropriadamente contempladas pelas opções que provieram da Lei Maria da Penha, especificamente as ações do judiciário e do posicionamento da militância feminista na formulação da legislação que investiu no encaixe criminal como símbolo de contrariedade à banalização do crime de violência doméstica, mesmo afirmando a urgência da prevenção. E, em segundo, ainda conforme Bernardes (2020), ocorreu, também, a subinclusão de mulheres negras na luta contra a violência que acometem mulheres, pois, se o objetivo era emancipar “todas”, precisaríamos ter incorporado as questões raciais na pauta feminista relativa à violência de gênero, até mesmo, em contextos em que os abusos se diferenciam da violência doméstica, mas que acomete milhares de mulheres negras (Bernardes, 2020).

Como podemos perceber, somente gênero não dá conta de explicar a complexidade que acomete subjetividades de mulheres negras. Nesse sentido, a interseccionalidade é uma ferramenta analítica importante para pensar este arranjo complexo. De modo geral **Collins** e **Bilge** (2021) explicam que interseccionalidade analisa de que forma o poder, em suas relações que se interseccionam, influem as relações coletivas e sociedades marcadas pela diversidade, assim como individualizadas experiências cotidianas (**Patricia Collins**; **Sirma Bilge**, 2021).

Logo, a interseccionalidade não é um campo que tenha pretensão de explicar ou manter a ordem social – ao mesmo passo, se propõe a criticar e desconstruir. Ela aprofunda a discussão na ideia de como as vivências particulares e os prismas por elas gerados proporcionam múltiplas vias para discutir questões que são universais, tais como as da igualdade e da justiça (**Nadya Guimarães**; **Louisa Acciari**, 2021). É uma forma de compreender a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas, considerando que as relações de poder não se manifestam de forma separada e hierárquica.

Analiticamente, a interseccionalidade ajuda a pensar de que as formas de opressão: racismo, relações de gênero, sexismo e nacionalidade não atuam de forma isolada, pois se entrelaçam em um arranjo complexo e que complexificam os dados de violência doméstica, no mesmo tempo em que nega outras formas de violência. Ou seja, o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica mostra como essas categorias de relações de poder se interconectam e resultam em múltiplas possibilidades de vias a depender das subjetividades acionadas.

2.3 LAZER E MULHERES NEGRAS

Em uma narrativa canônica, como define **Magnani** (2018), **Victor de Melo** (2012) mostra que o ato de buscar a diversão faz parte de diferentes momentos da história e em diversas sociedades. O lazer, com suas características que conhecemos hoje, está vinculado, em especial, às sociedades modernas ocidentais. Uma das formas de compreender a conceituação de 'lazer' é o vincular ao período de industrialização e ao “mundo do trabalho”, que surge em uma conjuntura de mudanças que instituem o imaginário e ideário da modernidade. É importante ressaltar que, desde essa narrativa sobre origem, marcadamente euro-referenciada, o lazer está vinculado a um terreno de tensões, na medida em que o tempo livre emerge como uma conquista das classes trabalhadoras, não sendo uma concessão dos possuintes dos meios de produção (**Melo**, 2012). O autor também nos aponta relações diretas entre lazer e saúde, lazer e educação, e lazer e qualidade de vida, não podendo ser negligenciadas (**Melo**, 2012).

Gomes e Melo (2003) enfatizam que o campo dos estudos do lazer foi constituído no início do século XX, sendo seu conjunto desenvolvido, em parte, pela sociologia. Porém, nesse contexto, inflamava as discussões acerca da criação de mecanismos de regulamentação e de diminuição da jornada de trabalho para um determinado conjunto da população, o que, certamente, ocasionou preocupação dos políticos e empresários, que instigaram pesquisas sobre a problemática dos usos que os trabalhadores pudessem fazer do seu tempo livre (Gomes; Melo, 2003).

O lazer tem seus basilares históricos e conceituais em uma conquista dos trabalhadores ao tempo livre. Os usos do lazer seriam, então, realizados dentro dessa demarcação de espaço/tempo, fora das obrigações do trabalho, familiar e social. Ao analisar tais referências no âmbito da história do lazer, constituídos a partir de um conjunto de investigações, torna-se possível compreender que demarcam posicionamentos ou intencionalidades de alguns grupos sociais, como, por exemplo, os donos de meios de produção e das pessoas que tinham o acesso ao trabalho, em especial homens brancos.

Nos processos de contar a história, **Adichie (2009)** alerta para os perigos da história única, pois entende que o poder também se constitui na habilidade de se contar uma história de acordo com um único prisma – ao mesmo passo, tornando-a definitiva e dificultada a humanidade em comum. Acrescento o apagamento de tantas outras histórias. A partir dessas discussões, venho considerando que histórias outras estão invisíveis ou à margem dos debates conectados à especificidade do lazer.

No sentido de reverberar outras histórias, buscando reparar a dignidade e evidenciar nossa re-existência nesse processo, fizemos o seguinte questionamento: onde estão as mulheres negras nesse período? Houve processos de inclusão social para que as mulheres negras pudessem usufruir do lazer ‘dessa história e conceito’? **Das Dores et al (2021)** nos instiga a pensar nos contextos vividos pela população negra, num processo de colonização que segregaram violentamente negras e negros a viver, com plenitude, as relações sociais, profissionais, escolares, familiares e de lazer, lembrando a imigração de mão de obra branca para o país (**Das Dores et al, 2021**).

Em conjunto com as histórias contadas e ausentes, cabe a crítica de Stigger (2009) sobre a necessidade de compreender o lazer para além dos “parênteses” – isso é, não como um espaço/tempo isolado, mas como parte das vivências cotidianas e inserido em complexas realidades. A partir do diálogo com o Stigger (2009), é possível pensar que esse parêntese não

se refere somente ao espaço/tempo presente, mas às diferentes trajetórias e histórias que se interseccionam e que podem permitir outras possibilidades de compreender o lazer.

Em conjunto às reflexões sobre o lazer ser compreendido para além dos parênteses, **Das Dores et al (2021)** complementam a discussão mostrando que o lazer não está inerte nas movimentações constantes da realidade, e que o racismo, assim como outras formas de opressão, está ligado em suas dimensões, manifestações e usos. Nesse viés, é importante destacar a existência de barreiras impostas, condicionadas, para o acesso de pessoas negras, aqui em específico mulheres racializadas, ao lazer, que no passado foram constituídas com os atravessamentos da estrutura étnico-racial vigente (**Das Dores et al, 2021**).

Essas barreiras historicamente produzidas também nos levam a entender as subjetividades constituídas na trajetória de mulheres negras, transpassadas por violências, e nos levam a lidar com a questão do lazer enquanto um direito social, assegurado pela Constituição Federal – especialmente, destaco o Artigo 6 e o parágrafo terceiro do Artigo 217, que estabelece que o “poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social” (BRASIL, 1988). Como as mulheres negras usufruem desse direito social? Quais equipamentos e espaços de lazer, incentivados pelo poder público, as mulheres negras têm acesso? No tocante dessas discussões, **Iara Viana (2013)** alerta para o ‘não direito’ a essas pessoas, por serem mulheres, negras, pobres, passíveis de violência e periféricas e, no caso dessa pesquisa, serem moradoras de uma região de alto índice de violência vivida por mulheres negras.

No âmbito dessas discussões, **Viana (2013)**, ainda, mostra que a conquista de um tempo/lugar para usufruir de momentos que possibilitem viver o descanso, fruição, entretenimento, brincadeiras, diversões, lazer e demais direitos sociais se constituem nos direitos de uma vida cidadã. A partir do diálogo com a autora e com **Mbembe (2018)**, consideramos que negar o usufruto ao lazer é mais uma forma de matar, literalmente e simbolicamente, mulheres negras. Além disso, ainda cabe considerar que a inexistência de políticas de lazer reforça uma soberania que dita corpos legítimos de usufruir desses espaços, assim como banir intrinsecamente corpos e suas representações.

No contexto de uma sociedade industrial, capitalista e racista, é passível observarmos que o lazer desenvolveu uma significação distorcida, entendendo que passou a representar um tempo de reposição das forças para a exploração do trabalho humano, estabelecendo relações dicotômicas e hierárquicas entre o trabalho e o lazer. É importante lembrar que o lazer contemporâneo surge como consequência do desenvolvimento das grandes indústrias do início do século XIX, que provocou mudanças que, de certa forma, ditavam a vida do povo trabalhador

em conformidade ao bem de produção e para dispor de trabalhadores saudáveis, sendo muito importante para a produção prolongar a vida útil dos trabalhadores (Viana, 2013).

Viana (2013) não compartilha da ideia de que o lazer se contrapõe ao trabalho de forma dicotômica, em um entendimento de que o lazer fosse o não trabalho. A autora idealiza que se trata de uma dimensão ontológica do ser humano. Nessa mesma linha, Gomes (2014) diz que é fundamental superar e repensar a crença da existência de uma história única e universal do lazer. O lazer, segundo Gomes (2014), foi, a partir de um ponto específico, conceituado, pesquisado e estudado. Portanto, uma história única/universal do lazer, apenas legitima um conceito que é tomado como uma ‘verdade’ única e absoluta e que, conseqüentemente, acaba negligenciando outras tantas dimensões da vida além do trabalho produtivo (Gomes, 2014).

Porém, quais as outras possibilidades de compreensão do lazer existem fora dessa dicotomia? Conforme Gomes (2014), embora sempre haja uma palavra ou conceito que o especifique e limite, o lazer, as experiências de sociabilidade, práticas corporais, jogos, músicas e as conversações podem tomar para si a feitura de lazeres intrincados em significados e sentidos singulares para que, nesse caso, mulheres negras as vivenciem ludicamente. Não queremos entender, aqui, que o lazer em contextos subjetivos seja incautamente representado como algo puro ou autêntico, pois pode ser visto como um emaranhado de sentidos e significados partilhados, dialeticamente, nas construções objetivas e subjetivas dos sujeitos (Gomes, 2014).

O lazer é integrante de um tecido histórico-social, complexo, das realidades e, nesse sentido, representa culturalmente um dos fios dessa trama na rede humana de significados, símbolos e significações. Desse modo, lazer pode ser entendido como uma necessidade humana e dimensão da cultura que se articula com três componentes fundamentais: a ludicidade, as manifestações culturais e o tempo/espço social¹³, podendo ser contemplada de inúmeros modos, a depender dos valores e interesses dos sujeitos e instituições em cada contexto social, histórico e cultural (Gomes, 2014).

¹³ Ludicidade: “estimula os sentidos, exercita o simbólico e exalta as emoções, mesclando alegria e angústia, relaxamento e tensão, prazer e conflito, regozijo e frustração, liberdade e concessão, entrega, renúncia e deleite. Esses aspectos acabam perpassando os lazeres vividos pelos sujeitos ao longo de suas vidas” (Gomes, 2014, p. 13).

Manifestações culturais: “Nossas realidades evidenciam que as manifestações culturais que constituem o lazer são práticas sociais vivenciadas como desfrute e como fruição da cultura”.

Tempo/espço social: “o tempo/espço é um produto das relações sociais e da natureza e constitui-se por aspectos objetivos, subjetivos, simbólicos, concretos e materiais, evidenciando conflitos, contradições e relações de poder (Gomes, 2014, p. 14).

Portanto, nessa linha de entendimento, sendo uma prática social complexa, o lazer incorpora uma pluralidade de vivências lúdicas, culturais e contextualizadas e historicamente situadas (Gomes, 2014). Na direção dessas ideias, podemos nos encorajar nessas reflexões e orientar esse estudo no sentido de que as múltiplas experiências do lazer de mulheres negras, moradoras de uma região de altos índices de crimes de violências contra elas, podem confrontar, potencialmente, as estruturas histórico-sociais, racistas, e intrínsecas nas relações de poder¹⁴.

Para isso, José Magnani (2003) apresenta um olhar antropológico no campo do lazer, “deixar de lado uma postura etnocêntrica e observá-los de perto e em seu próprio contexto, pois se existem é porque possuem um significado para aqueles que os praticam” (Magnani, 2003, p. 19). Destaco aqui, novamente, nosso posicionamento político, que vai na contramão de uma postura etnocêntrica e busca, a partir de realidades outras, espremer esse conceito dicotômico do lazer, que invisibiliza outras tantas pluralidades que têm valores, modos de pensar e agir (r)existindo aos mecanismos sociais excludentes. Logo, o lazer pode ser concebido como um campo possível para desenvolver ações comprometidas com o repensar dos limites e possibilidades que marcam a nossa existência, superando a passividade e o conformismo, concretizando iniciativas voltadas para a mobilização e o engajamento social e político (Gomes, 2014).

¹⁴ “Nas relações de poder, as coisas, as instituições, os preceitos e as subjetividades são valorados, os saberes são acionados, sustentados e deslegitimados, os indivíduos se tornam sujeitos e modos de se relacionar são produzidos” (Silva; Meyer; Riegel, 2021, p. 6).

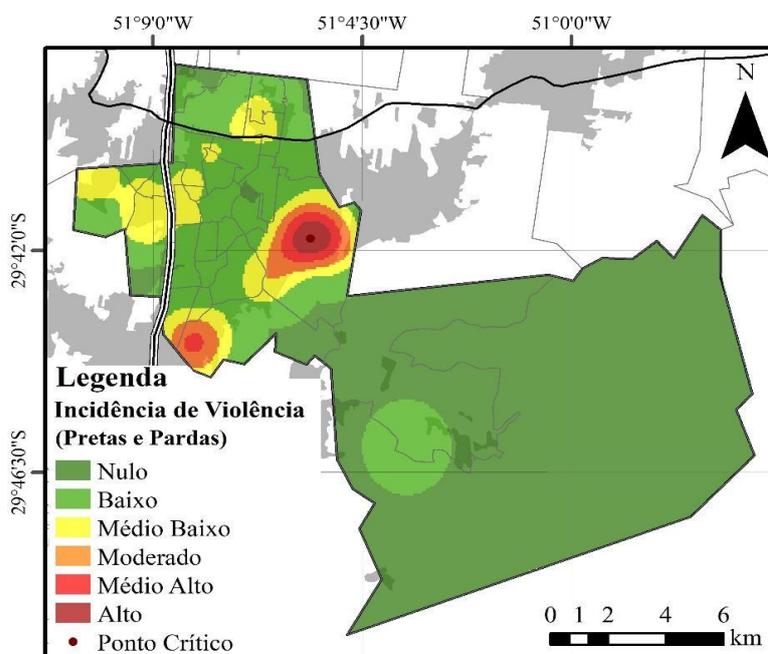
3 DESENHO METODOLÓGICO

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esse estudo segue uma abordagem qualitativa que, em primeiro momento, parte da análise das informações evidenciadas pelos mapas de calor, os quais foram produzidos no Projeto de Pesquisa Relações de Gênero na Escola. A produção dos dados foi realizada na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), do município de Novo Hamburgo, localizado no Rio Grande do Sul, em que, de modo sucinto, anotamos e pontuamos os endereços das ocorrências de crimes contra mulheres para a produção de mapas de calor, identificando, assim, os pontos críticos de incidência de denúncias de crimes contra mulheres pretas e pardas. Cabe lembrar que as produções das tipificações de crimes foram: Lesão Corporal, Estupro, Estupro de Vulneráveis e Femicídio (tentado e consumado), além do marcador étnico racial.

O Mapa de Incidência de Violência (pretas e pardas) – Figura 1 – diz respeito à densidade de todas as tipificações, predefinidas, de violência contra mulheres negras, no período de 2017 a 2020. O mapa pode ser visto a seguir:

Figura 1 — Mapa de Incidência de Violência contra Mulheres Pretas e Pardas (2017- 2020)



Fonte: Projeto de Pesquisa Relações de Gênero na Escola

Os territórios são fruto dos processos históricos e marcados por exercícios de poder e resistência. Dessa forma, trata-se de um objeto dinâmico, vivo e repleto de inter-relações (Elizabeth Lima; Silvio Yasui, 2014). Em um “entendimento Cultural(ista) na medida em que prioriza a dimensão simbólico-cultural, mais subjetiva, [...] o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre seu espaço” (Rogério Haesbaert, 2003, p. 13). Desse modo, o território de alto índice de crimes contra mulheres negras têm uma apropriação simbólica sobre os corpos generificados e racializados, intrínsecos às relações de poder que produzem o meio. Portanto, ao analisarmos essas invenções ou representações espaciais, elas também são instrumentos de poder que se desdobram nas relações sociais em função das imagens que temos da “realidade” (Haesbaert, 2003). Ou seja, o território usado é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas.

3.2 CONTEXTO DA PESQUISA

Novo Hamburgo é uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, está a quarenta quilômetros da capital, nasceu às margens da BR 116, principal rodovia do Brasil, e localiza-se na região do Vale dos Sinos. Adentrando à esfera histórica, em 1927, Novo Hamburgo se emancipou da cidade de São Leopoldo, considerada “Cidade-mãe dos imigrantes alemães no Brasil”. A comunidade alemã é ilustrada em vários escritos como um povo “digno de louvor”, além da etnicidade alemã ser associada ao mito do progresso para a região do Vale dos Sinos, em benefício da “boa ordem, sossego e tranquilidade”. Ademais de transformarem a paisagem do Vale dos Sinos, que antes era uma “senzala de escravos”, em uma “colônia de livres” (Margarete Nunes *et al*, 2013, p. 277).

Nesse sentido, a figura do alemão serve, até a contemporaneidade, como alicerce às representações simbólicas da cidade, sendo ordeira, trabalhadora, que acorda cedo e se dedica intensamente à ética do trabalho. Assim constitui-se Novo Hamburgo, responsável pela grandeza econômica do estado, e que já foi intitulada a Capital Nacional do Calçado, fruto de uma industrialização coureiro-calçadista (Nunes *et al*, 2013).

Além do silenciamento histórico da comunidade negra na economia e na construção da cidade, no imaginário social ou na mão de obra das edificações históricas, negras e negros também tinham que se deparar com a divisão dos espaços – “mundo dos negros” e “mundos dos alemães”, e, ainda, o “mundo dos brasileiros” (chamados de “pelos duros”). Assim, a

segregação era muito rígida entre o mundo dos brancos e dos negros, que ocorria para além dos espaços institucionalizados, pois se ampliava para as formas de ocupação dos espaços públicos e de moradia de Novo Hamburgo (Nunes *et al* 2013, p. 287).

Precisamos acionar os aspectos históricos da cidade para compreender a trajetória que atravessou e significou, e ainda significa, os valores e representações da cultura desse território. Mas, detendo-nos à especificidade dessa pesquisa, cabe ressaltar que a região em que esse estudo se insere é a mesma na qual eu cresci. Fui moradora desde o surgimento e em todas as fases do percurso habitacional do assentamento, compartilhando-o com outras moradoras e outros moradores. Antes de continuar, cabe destacar também que esse trabalho não mencionará o nome da região em questão, haja vista que não tem a pretensão de acrescentar mais representações negativas que assombram a comunidade desde seu surgimento. Em outro texto, **Conceição** e Silva (2021), falamos sobre essa noção de coletividade compartilhada, e, nesse sentido, esse processo permitiu-me acessar memórias para contar fragmentos da historicidade, subjetividade e contexto da região pesquisada, mediante a ausência de registros. Apontada como uma região de altos índices de violência contra mulheres negras, será aqui referida por “comunidade”, levando em conta minha aproximação manifestada na forma de pertencimento a esse território.

Lembro que a comunidade, surgida em 2001, foi criada pelo poder público com a proposta de realocar famílias que estavam em situação de risco ou em ocupações irregulares, principalmente às margens do Arroio Pampa. No início do assentamento, não havia pavimentação, saneamento básico, posto de saúde, escola ou água encanada (o abastecimento era com caminhão pipa). Além disso, quando chovia, as ruas ficavam alagadas, algo que ainda ocorre em frente à escola, e, conseqüentemente, o local fica intransitável e com cheiro de esgoto (**Conceição**; Silva, 2021). Marcada pela invisibilidade, o descaso do poder público é sentido e vivido pela comunidade, o que fere o Artigo 6 da Constituição Federal, que assegura os direitos sociais à saúde, à infância, à assistência aos desamparados, à segurança, ao lazer, entre outros (**Conceição**; Silva, 2021).

Com o tempo, melhorias foram acontecendo (calçamento, posto de saúde, escola infantil e regular), através da administração do campo progressista. Por outro lado, a falta de espaços de lazer e organização popular ainda são característicos do local, assim como a região é narrada como uma comunidade associada à drogadição, violência e criminalidade (**Conceição**; Silva, 2021).

Com a inauguração de uma escola de Ensino Fundamental em 2004, houve um resgate de autoestima e de sociabilidade, assumido pela instituição, visto que várias famílias, de distintas localidades e com suas diferentes subjetividades, tiveram que interagir no mesmo espaço. Além disso, o colégio se tornou um lugar de lazer, esporte e, principalmente, de segurança alimentar dos alunos. Porém, no mesmo ano, foi também inaugurado o Centro de Acolhimento Socioeducativo (Case) nos fundos do educandário, que se tratava de uma casa de atendimento para menores infratores. Isso é, “aquela estrutura com muros de seis metros de altura nos avisava do risco das medidas punitivas caso fugíssemos das normativas sociais” (Conceição; Silva, 2021, p. 559).

Um marcador atual que podemos entender como constituinte de subjetividades da comunidade é a presença de aproximadamente doze igrejas na área de apenas 4,2 quilômetros quadrados, um número, aliás, que só cresce. Em contrapartida, não existe nenhuma casa de religião de matriz africana ou de qualquer outra religiosidade, o que dá indícios de um território demarcado por uma representação evangélica massiva. Dessa forma, é um registro importante que fornece pistas sobre a matriz de produção da comunidade (Conceição; Silva 2021).

3.3 ASPECTOS ÉTICOS

Essa pesquisa está de acordo com a Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Dessa maneira, o estudo não apresenta riscos às participantes, que, por sua vez, serão informadas sobre os objetivos do trabalho e, posteriormente, assinarão o Termo de Consentimento Livre e Informado (TCLI). O projeto intitulado *Relações de Gênero em escolas situadas em contexto de alto índice de violência vivida por mulheres* foi aprovado e validado pelos comitês de ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Feevale, sob o número 88110518.2.0000.5348.

Cabe destacar que as mulheres participantes serão informadas da possibilidade de desistir de participar a qualquer momento da pesquisa e dos inconvenientes e/ou constrangimentos que podem ser gerados durante as interlocuções, os quais também podem ser interrompidos conforme a escolha de ambos os lados. Além dessas questões, durante o desenvolvimento do estudo nos colocaremos à disposição para explicações de quaisquer dúvidas que possam surgir por parte das pessoas envolvidas e/ou participantes.

3.4 INTERLOCUTORAS DO ESTUDO E O PROCESSO DE PRODUÇÃO DOS DADOS :ESCURECENDO O FAZER DA PESQUISA

Como mencionado anteriormente, essa investigação faz parte de uma trajetória de fazer pesquisa, escurecendo os modos para que atenda as demandas subjetivas a fim de tencionar e aprimorar a produção do conhecimento com estas interlocutoras e neste território (**Conceição, 2022**). Nesse sentido, após identificar o local de realização da pesquisa, retrocedi os pensamentos à investigação anterior e levantei os pontos fortes e fracos dos caminhos metodológicos pensados para aquele momento. Entendi que reunir as mulheres em uma roda de conversa não seria possível, pois, mesmo buscando elas em casa, o que aconteceu foi que “dei com a cara na porta” ou com a recusa de participar. Inclusive, cabe mencionar, que levei um “mimo¹⁵” para as convidadas um dia antes da roda de conversa para lembrar e reforçar o pedido para participarem da pesquisa. Assim, entendi que essa pesquisa seria sem a formação de um grupo, no caso, individualizada e nas casas dessas mulheres, medida que também tem um viés de “não dar escapatória”. Para isso, precisava “catar¹⁶” as mulheres para participarem como interlocutoras da investigação.

A primeira interlocutora que conversei foi Nadir, minha sócia e amiga de infância, agente de saúde, profissão que faz com que ela tenha um conhecimento abrangente da comunidade por estar nos lares das pessoas, podendo trazer pistas importantes. Mesmo tendo uma afinidade com Nadir, inclusive chamando os pais dela de 'pai' e 'mãe', a conversa ficou “sem elo”, sem “o algo a mais” que nos contam o que não pretendíamos buscar, mas que nos fazem enxergar por outros prismas. A partir dessa experiência, nas conversas posteriores, passei a levar bolo para possibilitar uma proximidade e intimidade com as mulheres, o que gerou um compartilhamento, não só da parte delas de ofertar de um chá, chimarrão ou café com leite, como também de uma cumplicidade, liberdade e acolhimento nas produções de conhecimento.

Mas de onde tiro a ideia de comida? Começo a vislumbrar que, nas relações com meu avô, negro de pele retinta, ele sempre nos dava algo para comer quando chegávamos na sua casa e que com isso sentava e contava suas histórias, algo intimamente ancestral que perpassa as fronteiras do tempo e que impregna em nossos cotidianos. O alimento é algo sagrado e quando compartilhado passa a ser um elo de conexão e reciprocidade.

¹⁵ Levei um bombom com um cartão grampeado que lembrava do nosso compromisso no dia seguinte.

¹⁶ É também na escrita que escurecemos e aproximamos as diversidades de linguagens. “Catar” é algo que falo e escuto desde criança e tem sentido de procurar.

A reciprocidade que pude observar quando sentei na mesa para compartilhar o alimento e saberes com a Rita e a Lais, que fazem parte da APEMEM¹⁷ da escola em que meus filhos também frequentam – foi em uma das reuniões que as convidei para fazerem parte dessa pesquisa, pois entendi que tirar um tempo para a vida escolar dos filhos as faziam importantes para a pesquisa, tendo em vista a baixa quantidade de pais nas reuniões. Lais, sendo funcionária da escola e avó de aluna, não mora na comunidade. Logo que perguntei para Rita se teria problema de conversarmos todas juntas, prontamente disponibilizou a sua casa e o momento de conversa comigo para que Lais pudesse estar junto. Os contatos com as interlocutoras para convite e combinações de dia e horário aconteceram pelo WhatsApp.

Mesmo acionando mulheres negras da comunidade, a recusa é notável, até ex-colegas de escola acionei e não se dispuseram a conversar. Uma das tentativas foi de procurar no grupo de WhatsApp de turma da escola, e foi especificamente na turma da minha filha identifiquei mais uma interlocutora da pesquisa: uma mulher que me chamou a atenção, me encantou, logo no primeiro dia de aula: uma preta de 1,85 metros, maior do que eu e posicionada corporalmente, com a cabeça erguida, notável e era mãe de um colega da Larissa. Logo mandei mensagem e, para o bem da pesquisa, Sabrina aceitou e nas cadeiras posicionadas ao lado uma da outra produzimos conhecimento e pistas importantes.

Na contramão de manter uma história única das interlocutoras da pesquisa anterior que nos falaram de suas dores, convidei-as novamente para essa pesquisa, pois precisávamos trazer outro lado da história. Também tentei contato com ex-alunas da escola da comunidade em que fui estagiária e que estabeleci relação de afeto, mas não autorizaram a fala.

Esse texto parte de uma acadêmica que é construída sob uma matriz de produção de subjetividades partilhadas, (re)significadas e tensionadas pelas interlocutoras dessa pesquisa. Diante desse posicionamento, compreendo o lugar de fala como caminho metodológico. Podemos entender esse conceito como um veículo que destaca um determinador comum nessa pesquisa: os marcadores de racialidade entre todas as interlocutoras desse estudo, pois a escrita será de uma pesquisadora que não somente pensa esse lugar, mas também está nele.

Para nos ajudar na produção do conhecimento, utilizamos a conversa guiada por roteiro de perguntas não enrijecido, possibilitando outros caminhos, e que com isso leva-nos à oralidade, que é um recurso fundamental que se relaciona com a ancestralidade e com a cultura negra, algo com significado de pertencimento e representatividade. Mostra uma subjetividade negra que resistiu, forte indicador de importância à palavra falada nesse processo cultural negro

¹⁷ Associação de Pais e Mestres de Escola Municipal

(**Antônio de Paula Junior, 2014**). Desse modo, “a oralidade não se reduz a ação da voz, mas expansão do corpo, embora não o esgote. A oralidade implica em tudo o que, em nós, se endereça ao outro: seja um gesto mudo, um olhar” (Paul Zumthor; 1997, p. 203). Assim, serão nas conversas que a oralidade se fará presente, mas também será ferramenta analítica neste processo.

Outra importante ferramenta é a **Escrevivência**, termo criado por **Conceição Evaristo (2007)**. Esse conceito diz respeito à escrita que se origina do cotidiano, de vivências e de lembranças e que tem como premissa uma dinâmica própria do sujeito que lhe possibilita sua inscrição no interior do mundo. O ato da escrita, tratando-se de mulheres negras que permeiam por espaços adversos aos das culturas das elites, manifesta-se num sentido de insubordinação. Dessa forma, a **Escrevivência** dessas interlocutoras expressa o conjunto de suas subjetividades e serve para importunar o sono dos injustos (**Evaristo, 2007**). Somos nós falando de nossas realidades, culturas e percepções. É necessário gerar incômodo em nossas escritas pretas e femininas no íntimo da produção científica etnocêntrica, demarcando em cada pensamento, pedaço e escrita um posicionamento étnico politicamente engajado.

Aprofundar o olhar para o cotidiano dessas mulheres, o que pode ser compreendido como resultado dessa pesquisa, foi sistematizada em formato de artigo, apresentado no capítulo a seguir. Essa opção, ao mesmo tempo em que insere nos processos de produção que nos coloca no “jogo” acadêmico, se adequada aos tempos prescritos para uma dissertação de Mestrado.

4 ARTIGO

NA INTERSECÇÃO ENTRE RAÇA E GÊNERO: DINÂMICAS DA VIDA E (IM)POSSIBILIDADES DO LAZER EM TERRITÓRIO DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NEGRAS

Introdução

Este texto faz parte de uma agenda de pesquisa oriunda do projeto intitulado *Relações de Gênero na Escola: Um estudo sobre as regiões de alto índice de denúncia de violência vivida por mulheres no município de Novo Hamburgo/RS*, financiado pelo CNPq por meio do Edital MCTIC/CNPq N° 28/2018 e edital “CNPq/MCTI N° 10/2023” e está vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ao se propor analisar os modos como as relações de gênero se estabelecem na dinâmica de sujeitos que residem em regiões de altos índices de violência contra mulheres (André Silva, Dagmar Meyer e Roberta Riegel, 2021). Na dinâmica desse estudo, algumas pistas foram sendo produzidas nos agenciamentos de outras pesquisas¹⁸, cujo o foco esteve centrado nos atravessamentos de raça e gênero de mulheres negras na comunidade de altos índices de violência. Dos percursos investigativos empreendidos, uma dimensão importante da vida daquelas mulheres não foi contemplada: as perspectivas de lazer e suas implicações com gênero, raça, violência e território. Entendido como importante dimensão da vida das pessoas, o lazer nos ajuda a compreender as complexidades relacionadas às relações de poder que englobam racismo, gênero, território e violências que acometem as interlocutoras.

Narradas a partir dos códigos e normativas sociais racistas, as mulheres negras residentes em comunidade de violência de gênero foram educadas a reconhecer a partir de representações subalternizadas que produziram como efeito a inferiorização de seus corpos (Conceição, 2022). Assim, desde muito cedo, aprenderam a lidar solitariamente com as violências, criando estratégias para suportar ao mesmo tempo em que foram sendo colocadas na condição de gestoras da comunidade, guardiãs dos seus, responsabilizadas o tempo todo pelo cuidado (Conceição, 2022).

Residentes de uma comunidade localizada às margens do município, essas mulheres convivem com a invisibilidade política daquelas e daqueles que constroem aquele território,

¹⁸ **Conceição, Diênifer Monique da.** Mulheres negras e violência: escrituras em Território marcado pelos altos índices de denúncias de crimes contra pretas e pardas no município de Novo Hamburgo/RS. Trabalho de conclusão de curso- Universidade Feevale. 2022

peessoas cujos direitos são negligenciados ao mesmo tempo em que são advertidos pelos riscos das condutas inapropriadas. Naquela comunidade, um Centro de Atendimento Socioeducativo para Menores Infratores (Case) foi construído e se localiza no terreno atrás da escola de ensino básico, demarcando com a arquitetura de sua construção sentidos sobre as normas sociais e as penalidades passíveis para os jovens moradores daquele território (**Conceição; Silva, 2021**).

Moradoras de uma “vila” narrada como violenta e vinculada às práticas de drogadição, as mulheres negras daquela comunidade convivem com altas incidências de violência doméstica e familiar, condição de gênero que lhes produz experiências muito particulares, sujeitos cujos corpos no usufruto do lazer são atravessados pela complexidade das dinâmicas da vida. Assim, é num contexto de violência que intersecciona raça e gênero que esse artigo objetiva analisar, através das narrativas de seis mulheres negras que vivem em contextos de violência de gênero na cidade de Novo Hamburgo, as dinâmicas do cotidiano e as possibilidades de lazer.

Referencial teórico metodológico

Nesse estudo, consideramos um determinado olhar para o lazer que busca uma aproximação com “epistemologias alternativas”, na esteira de debates colocados por Joise Maurício, Jordânia Eugênio, Juliana Paula, Khellen Soares e Raquel Nunes (2021, p. 700), pois são essas que nos levam, em primeiro lugar, a problematizar marcadores que estruturam concepções arregimentadas em lógicas eurocentradas e colonizadoras de perceber a vida, como, por exemplo, a insuficiente delimitação de tempo a partir do relógio. Dentre os debates propostos pelas autoras, situados em uma interlocução com os estudos decoloniais e no diálogo com José Alfredo Debortoli (2012, p. 15), torna-se possível compreender o lazer como um “processo de envolvimento, participação e percepção do mundo e da vida, que é sempre movimento, que é sempre inventiva”.

Considerando tais discussões, podemos compreender que lazer não é um produto, o resultado de algo, mas uma determinada prática social que coloca o corpo, a arte, a sensibilidade, a imaginação no centro do processo de fruir uma dada experiência significada como lazer. Cabe destacar que o lazer não está inerte às movimentações sociais, temporais e territoriais, ou seja, as dimensões e usos do lazer estão fixados aos diversos mecanismos excludentes provenientes, dentre outros, do racismo e sexismo. Logo, a realidade impõe barreiras de acesso e a pessoas negras, em especial, às mulheres negras, algo que podemos

identificar nas baixas produções acadêmicas sobre o lazer que intersecciona raça e gênero (**Das Dores** et al, 2021).

Nesse sentido, para compreendermos mulheres negras dentro do lazer, não podemos deixar de lado a noção de interseccionalidade, ferramenta analítica que ajuda a pensar este arranjo complexo. De modo geral, **Collins** e **Bilge** (2021, pág. 16) explicam que interseccionalidade “investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana”. Ela aprofunda a discussão na ideia de como as vivências particulares e os prismas por elas gerados proporcionam múltiplas vias para discutir questões que são universais, tais como as da igualdade e da justiça (Guimarães; Acciari, 2021). Interseccionalidade, portanto, é uma forma de compreender a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. Nesse texto, trata especificamente da experiência vivida por mulheres negras que residem em um contexto periférico marcado por violências de gênero.

Na complexidade deste corpo preto e feminino partimos, interseccionalmente, da noção de raça que é tomada como uma construção social e histórica, um marcador da diferença de extremo impacto nas estruturas sociais, em especial na brasileira, que foi construída sobre os efeitos de um sistema escravocrata, cujos códigos linguísticos continuam classificando e hierarquizando corpos, com especial distinção, os corpos das mulheres pretas. (**Carneiro**, 2005).

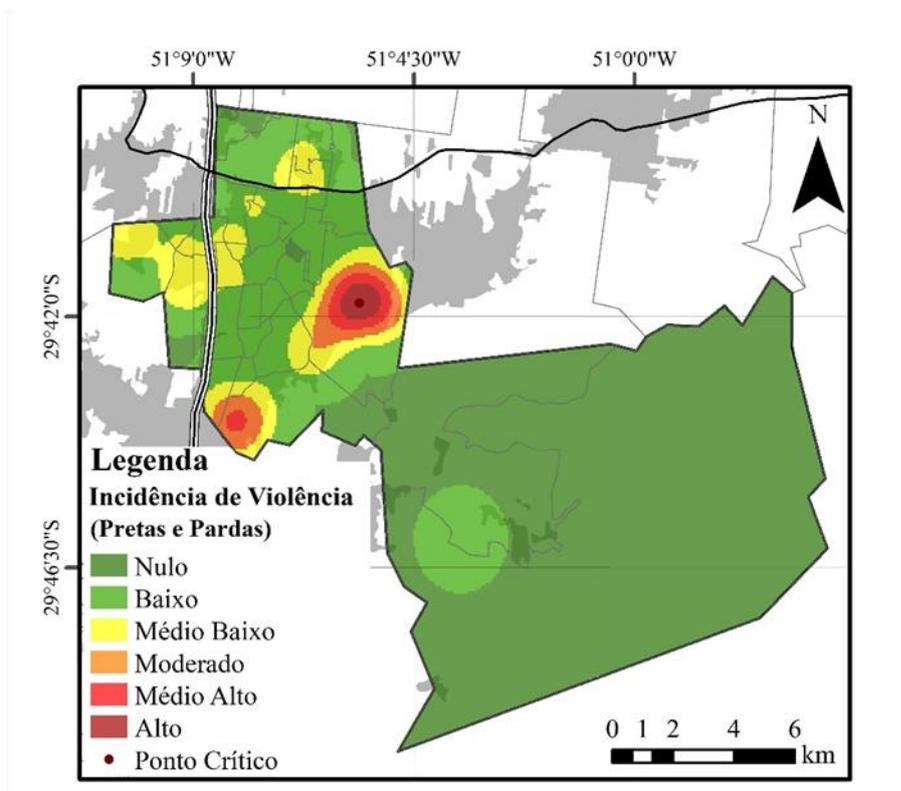
Gênero, na intersecção com raça, é tomado como “o conhecimento que estabelece significados para diferenças corporais” (Meyer; Silva, 2020, p. 497). Assim, sendo um organizador social, é uma forma primária de dar significado às relações de poder (Meyer; Silva, 2020; Nicholson, 1999; Butler, 2014; Scott, 1995). Nesse estudo, intersecção entre raça e gênero e entrelaçam em um arranjo complexo e que complexifica o usufruto do 'lazer' em um território marcado pela violência. O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica mostra como as relações de poder e re-existência se produzem nas especificidades do contexto investigado.

Os limites geográficos do contexto da investigação se originam da produção de mapas da violência produzidos a partir de dados provenientes da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher do município de Novo Hamburgo. Assim, debruçamo-nos nos endereços de ocorrências de crimes contra mulheres autodeclaradas pretas e pardas anotando em planilhas do Excel e pontuando no Google Earth produziram através do software ArGis os mapas de calor em que pudemos identificar os pontos críticos de denúncias de crimes contra mulheres negras.

O corte das tipificações foram: Lesão Corporal, Estupro, Estupro de Vulneráveis e Femicídio (tentado e consumado), além do marcador étnico racial (Silva, Meyer e Riegel, 2021).

O Mapa de Incidência de Violência (pretas e pardas) – Figura 1 – diz respeito à densidade de todas as tipificações, acima relatadas, de violência contra mulheres negras, no período de 2017 a 2020.

Figura 1 — Mapa de Incidência de Violência contra Mulheres Pretas e Pardas (2017- 2020)



Fonte: Produzido pelo Grupo de Pesquisa sobre Relações de Gênero, Educação e Violência

De acordo com o mapa de calor produzido, identificamos que a mancha crítica de denúncias de violências está localizada também na comunidade em que eu moro há mais de vinte anos. Algo que fez com que essa pesquisa tivesse ainda mais um sentimento de pertencimento e subjetividades compartilhadas.

Como moradora dessa comunidade desde seu surgimento, tive a possibilidade de acessar minhas memórias para contar e complexificar o contexto investigado e o mais importante tive acesso facilitado às mulheres negras. Participaram desta pesquisa seis interlocutoras, as quais se autorizaram ao exercício da fala, como demonstrado no quadro abaixo:

Nome	Idade	Escolaridade	Filhos
Mara	57	4º série	Sim
Francisca	29	Superior incompleto	Não
Sabrina	31	Superior completo	Sim
Rita	46	Superior incompleto	Sim
Nadir	30	Técnico/ Superior incompleto	Não
Lais	53	Terceiro grau completo.	Sim

Fonte: produzida pela autora

Realizamos uma conversa, acompanhada de um bolo, nas casas dessas mulheres e em um momento em que elas podiam receber-me para conversarmos. Em todos os encontros, levei algumas coisas para comer, o que me fazia lembrar muito do pouco tempo que tive com meu avô Pedro. Na casa dele, sempre havia algo para as crianças. Ele foi o melhor cozinheiro de cuscuz que já tivemos! Dessa experiência vivida, tenho sido levada a pensar, desde as dinâmicas da vila na qual moro, que o alimento compartilhado possibilita outros compartilhamentos. Todas me ofereceram um chá, café ou chimarrão, e isso significa uma reciprocidade que pude constatar não só nesse momento de refeição, mas também nas falas dessas mulheres que não pouparam palavras para conversar comigo, não tiveram receio de falar de suas opiniões, intimidades e cotidiano. Estávamos entre iguais.

O café com bolo foi orientado por um guia de perguntas – mas o que tomou conta deste momento conexão foi a oralidade mostrando uma subjetividade negra que resistiu, um indicador de importância à palavra falada neste processo cultural negro (**Paula Junior**, 2014). Acionamos como ferramenta de análise das produções que emergiram das oralidades a Escrivivência, tendo em vista que essa escrita se origina do cotidiano de vivências e de lembranças, de mulheres negras e é nesta esfera em que nos debruçamos para compreendermos as dinâmicas de usufruto do lazer, haja vista que as dinâmicas próprias dessas mulheres lhes possibilitam suas inscrições no mundo e que repercutirá no lazer. O ato da escrita, tratando-se de mulheres negras que permeiam por espaços adversos aos das culturas das elites, manifesta-se num sentido de insubordinação. Dessa forma, as Escrivivências dessas interlocutoras expressam um conjunto de subjetividades e serve para importunar o sono dos injustos (**Evaristo**, 2007).

Dentre a correria, um monte de nada, a violência e o lazer

As rodas de conversas só puderam acontecer porque seis mulheres negras se dispuseram a compartilhar suas casas e histórias comigo. Francisca, Nadir e Mara são moradoras mais antigas daquela região, Rita e Sabrina estão a menos tempo como residentes, e Lais que faz parte da comunidade sendo funcionária da escola de Educação Básica. Entendemos que a interlocutora Lais é parte da comunidade na medida em que seu trabalho está localizado na região de alto índice de denúncias de crimes e que lá passa maior parte do seu dia em contato direto com a comunidade escolar. Um aspecto importante é que somente Mara não tem Ensino Médio completo, as demais além do ensino regular têm, ou técnico, ou trancou algum curso, mas planejam logo retornar à formação.

Essas mulheres são moradoras de uma comunidade proveniente de um assentamento, cujo histórico foi marcado pela negligência do poder público, uma região em que não havia condições dignas de vida. Sem água encanada, sem acesso à saúde, à educação e a serviços de desenvolvimento social e com esgoto a céu aberto, aquela comunidade era/é marcada por violências de diversas ordens. Além disso, dispõe de uma casa de acolhimento a menores infratores sendo um dos cartões de entrada para a comunidade, os muros altos deixam seu recado aos jovens da comunidade caso fujam das regras (**Conceição, Silva; 2020**).

Ainda, narrada como violenta e associada a drogadição. Hoje, após alguns olhares da governança, estamos com algumas migalhas a mais que melhoram nosso cotidiano. Com duas escolas, posto de saúde, ruas calçadas e linha de ônibus, ainda continuamos sem algumas atenções importantes do Estado. Não possuímos tempo/lugar para usufruir de momentos que possibilitem viver o descanso, fruição, entretenimento, brincadeiras, diversões, lazer e demais direitos sociais de uma vida cidadã (**Viana, 2013**). Nesse viés, consideramos que negar o usufruto ao lazer é mais uma forma de matar, simbolicamente, toda a comunidade, porém, com especial ênfase, as mulheres negras. Além disso, ainda cabe considerar que a inexistência de políticas de lazer reforça uma soberania que intrinsecamente dita corpos legítimos de usufruir desses espaços, assim como, banir corpos e suas representações (**Mbembe, 2018**).

Nesse cenário de invisibilização, os moradores construíram um campo de futebol de areia para as crianças jogarem. Antigamente, aconteciam alguns torneios valendo porcos [a depender da classificação final no campeonato, o peso do porco variava]. A comunidade também tem alguns bares, comércio locais que promovem carteados regados de prosa para os senhores. Nesse contexto, os modos de usufruto do “tempo livre” estão ancorados na satisfação masculina. Cabe ressaltar que a comunidade possui uma quantidade considerável de igrejas, são em média doze igrejas em um território de 4,2 quilômetros quadrados, o que nos dá pistas

para uma possível caracterização dos mecanismos que constituem esse território (**Conceição; Silva, 2020**).

Esse contexto mostra o resultado de inúmeros processos marcados pelos exercícios de poder e resistência, sendo assim, “é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre seu espaço” (Rogério Haesbaert, 2003, p. 13; Lima; Yasui, 2014). Logo, o território de altos índices de denúncia de crimes contra mulheres negras é impregnado por apropriações simbólicas sobre estes corpos racializados e generificados que são cerceados pelas relações de poder que agem de maneira interseccional sobre os sujeitos, o meio em que vivem e o lazer que usufruem.

Nesse texto, não compartilhamos a visão de que o lazer está na contramão do trabalho dicotomicamente, ou seja, que o lazer fosse o não trabalho, pois se trata de uma dimensão ontológica do ser humano (**Viana, 2013**). Assim, também nos propomos a alertar sobre os perigos de contar uma história única, pois o poder também é constituído na habilidade de se contar uma história de acordo com um único prisma, tornando-a definitiva e dificultada a humanidade em comum **Adichie** (2009). Mais especificamente, não conseguimos enquadrar o lazer como vem sendo entendido em narrativas pautadas pela relação com o trabalho formal, pela estruturação do tempo a partir da dinâmica industrial ou como oposição a outros ‘tempos sociais’, pois o lazer não está inerte nas movimentações constantes da realidade, e que o racismo, assim como outras constituições de relações de poder, está ligado em suas dimensões, manifestações e usos (**Das Dores et al, 2021**). Nesse sentido, as Escrevivências das interlocutoras nos mostram uma dimensionalidade que o que é universalmente entendido como lazer não dá conta, pois estamos tratando da vida de mulheres negras, moradoras de uma região marcada por altos índices de violências contra elas.

Alertados sobre os perigos provenientes de uma discursividades baseadas em realidades dentro das normas e das problematizações que nos propúnhamos, iniciamos nossa pesquisa de campo. Ao nos depararmos com os dados e analisá-los, identificamos que a investigação resultou em reafirmações de que o par binário lazer/trabalho não nos parece suficiente para compreender a complexidade da vida manifestada nas dinâmicas dessas mulheres.

Esse contingente de mulheres pertencentes a esse território nos levou, através da oralidade, a entendermos que em seus cotidianos aparecesse fortemente a “carrera”, e que ela importa para entendermos as engrenagens das suas vidas. Identificamos nas falas das interlocutoras a “carrera” que não diz respeito somente ao mundo do trabalho, mas que toma a

vida como um organizador e reorganizador do cotidiano, e que os marcadores da diferença e relações de poder constituem ou interveem nesse estado de “correria”.

O estado de "correria" está em várias esferas do cotidiano da vida dessas mulheres, entre elas a doméstica.

R: Ah, é tudo bem corrido em função das crianças. Eu sempre levanto cedo. A Rafaela agora está fazendo aulas de violino às segundas, às 7h tem que levantar. Ela levanta às 7h, eu ajudo a secar o cabelo dela, às 8h ela vai para a escola. Das 8h às 9:30 ela fica na aula de violino, às 9:30 eu acho que ela come um lanche, sobe pro MOVE. 11:30 ela desce, almoça, e às 13h ela sobe para a sala de aula. Aí, às 13h eu saio com o Isac, naquela função da “formiguinha”. Eu levo o Isac, volto pra casa, na rotina da Maria que nunca acaba, arrumo a casa [...] Mas, é isso aí, levantar cedo todos os dias. [...] É a correria [...] Pouco a gente conversa [...] Ontem eu sentei e disse “fala com nós” [...] A gente não conversa mais, é tudo corrido (**Rita**, 19 de julho de 2024).

F: Quando casada, eu quase não via meu marido. Chegava em casa fazia janta, fazia limpeza, lavava roupa. Tipo, era 10 horas eu tava dormindo já. Então não tinha tempo (**Francisca**, 27 de julho de 2024)

M: Fazer a janta, tomar meu banho. Lavar a roupa. Que as vezes eu lavo as roupas só na quarta e na sexta. Estendo ela de noite. Aí no outro dia quando está seca eu recolho e dobro. Tomo meu banho. Depois vou dormir (**Mara**, 25 de julho de 2024).

Os cuidados com a casa e filhos estão atrelados à "correria" diária, o que demanda esforços, tarefas e responsabilidades para que as engrenagens dessa parte de um todo sigam minimamente em movimento nesse mecanismo do cotidiano. É importante atrelar a essa condição de "correria" os marcadores de raça e gênero, uma vez que as interlocutoras são mulheres negras e que só Rita e Sabrina residem com os seus companheiros e somente Rita se narra como “do lar”. Mulheres negras têm em suas “correrias” o serviço doméstico, mas também atrelada ao mundo do trabalho, sendo assim, para além da casa e cuidado se dedicam ao “ganha pão”.

L: Minha rotina? Eu levanto 4h50. Tomo o meu banho, tomo o meu remédio, tomo o meu café. Chamo a Valentina, porque ela estuda aqui. Agilizo ela, 6h20-6h30 a gente sai de casa para ir para a escola [...]. Faço “bicos” de freelancer a noite. Faço faxina “pra fora”. [...] Eu me viro. [...] Geralmente eu vou, nas quartas, quintas e sextas. Das 20h até as 4 da manhã.

P¹⁹: E, no outro dia, tu vem?

L: Eu venho trabalhar. Linda, maravilhosa e plena. [...] A sexta-feira é o dia em que eu chego em casa, agilizo o que eu tenho para agilizar, em casa. [...] No sábado? Geralmente, faxina. Eu faço faxina “pra fora”, então, geralmente no sábado, se me chamar para uma faxina, eu “tô indo”. Hoje, saindo daqui, tenho uma faxina (**Lais**, 19 de julho de 2024).

¹⁹ P: Pesquisadora

Ao referirem que suas vidas são uma “correria”, querem dizer que suas trajetórias de vida têm uma especificidade que gera tratamentos e trajetórias diferentes de seus pares não negras. A exemplo disso, no mundo do trabalho mulheres negras desempenham atividades mais pesadas e isso é uma característica que qualifica a “correria” dessas mulheres de uma forma muito particular.

F: Muita gente desvaloriza isso. “Ah, tu trabalhou em escola e agora tu tá em fábrica de calçado...” [...] **É.** Daí eu digo: “Não. Tá pagando as minhas contas. É o que tá me sustentando, entendeu?” Eu saí lá da Colapan porque eu tinha conseguido aqui na Ligamais. Aí eu tava trabalhando, tava gostando. Era um serviço bem pesado. Era um serviço pra homem, e eu fazia. [...] Na minha área, era só eu que fazia. Daí tanto que eles falaram pra mim que era serviço de homem. Eles contrataram dois homens para fazer meu serviço, que eu fazia sozinha. E eles não deram conta. Só que na época... pode ser que é uma coisa da minha cabeça. Só que eu acho que a dona não gostou de mim. Talvez até pela minha cor. [...] Porque ela falou que muita gente faz bagunça. Ah, bota atestado. Não vai de manhã, vai de tarde... Eu não, eu era uma pessoa muito correta. Fazia tudo certinho. Eu chegava o horário, fazia tudo certinho. A única coisa que eu não fazia era serão. Serão eu não gosto de fazer porque eu já tinha saído da Colapan pelo fato de querer estar em casa mais cedo. Daí... e mesmo assim meu horário era até as 16 horas. Às vezes eu ficava até as 17:30. Às vezes eu fazia um serãozinho meio forçado porque não tinha terminado meu trabalho. Mas, nada além disso. Daí todo mundo fazia bagunça e eu fazia correto. [...] Daí o que aconteceu? Eu peguei dengue. E mesmo assim, eu trabalhei um dia mal. Mal. Me arrastando. Carregando caixa pesada. 150 quilos de carne. Antes tinha um elevador. Descia da cozinha. Só que naquela semana tinha aparecido o Ministério do Trabalho e tinha cortado o elevador. Então a gente tinha que subir escada e descer escada com caixa de carne. [...] E daí eu acabei pegando dengue. Três dias de atestado. Quando eu mandei o atestado, eles encerraram meu contrato. E daí eu acredito que foi por causa da...
P: Tua cor.
F: [...] Eu conheço gente que não ia de manhã, ia de tarde... gente que não ia trabalhar... E não botavam nem atestado e eles ficaram. E eu, só porque botei atestado, eu tava doente (**Francisca**, 27 de julho de 2024).

No trabalho, mulheres negras também são subjetivadas por discursividades de raça e gênero que as distinguem de mulheres não negras. Francisca relata que as tarefas realizadas por ela eram entendidas como "tarefas de homens", o que corrobora com uma cosmovisão social colonialista que retira qualquer vestígio de fragilidade de mulheres negras. Além disso, os tensionamentos ocasionados pela intersecção dos marcadores da diferença e território que as sujeitam em uma correria cotidiana e designações de trabalhos mais pesados. Para além disso, é importante destacar que nessa “correria” mulheres negras precisam fazer mais e servir mais que quaisquer outros funcionários.

A “correria” ordinária é necessária para que a vida flua e que o básico demandado seja cumprido, para que haja a manutenção das engrenagens do cotidiano. Por outro lado, também identificamos nas falas das interlocutoras que elas prospectam sonhos, idealizações de futuro,

isso demonstra que essas mulheres negras moradoras desse território transgridem as normas sociais implantadas a seus corpos.

N: não tinha muito não, eu trabalhava eu estudava, eu chegava em casa no final de semana limpava a casa e o tempo que eu tinha eu queria dormir (**Nadir**, 15 de julho de 2024)

F: Bah, bem tensa. Todo o dia. E agora eu quero introduzir... voltar a estudar, né. Então vai piorar um pouquinho, assim. Mas eu tenho que pensar que é só algum tempo, sabe? Depois vai ter retorno (**Francisca**, 27 de julho de 2024).

S: Mas, assim, ter um plano futuro para mim? Tenho: ser bem sucedida. Ter minha clínica. [...] Eu sei o que eu quero para mim. Quero dar orgulho para meus pais. Eles ainda são jovens. Quero proporcionar o que eles não tiveram. Eu não quero bancar meu filho, mas eu vou dar apoio. A vida da gente impulsiona (**Sabrina**, 16 de julho de 2024)

L: Eu passei no ENEM, no ano retrasado.

P: [sons de batida na mesa, e comemoração], que coisa boa.

L: Eu vou fazer, vou pesquisar uma faculdade de Sociologia e vou ser socióloga (**Lais**, 19 de julho de 2024).

R: Ai, gurá, eu vou ter que ir atrás da minha. Eu rodei na prova, da Gestão Ambiental pela UNOPAR. Tem UNOPAR em Canoas, né?

P: Tem.

R: Eu vou atrás do meu canudo, vou pagar e vou terminar (**Rita**, 19 de julho de 2024).

As interlocutoras, mesmo atravessadas pela “correria”, são mulheres que idealizam um futuro melhor. É importante destacar que se vocês, leitores, acham que as transgressões das interlocutoras trarão calma ou tranquilidade para vida delas, estão enganados, pois a “correria” se intensificará na medida em que as demandas dessas prospecções de futuro trarão mais tarefas e responsabilidades que não faz parte da “correria” ordinária de manutenção do cotidiano.

Se a “correria” pode ser entendida como múltiplas tarefas ou responsabilidades que as colocam em movimento, essas características não parecem suficientes para dimensionar as dinâmicas das vidas daquelas mulheres. Na intersecção entre raça, gênero e território esse corpo negro/feminino opera uma engrenagem cotidiana que, sob a categoria “correria”, congrega trabalho remunerado, cuidados com a casa, com família, com filhos e com a comunidade. Entre as demandas de subsistência e as necessidades daquelas que as cercam, essas mulheres parecem estar numa espécie de condição constante de alerta.

P: mas aí voltar para casa é o momento de descanso...

M: Do trabalho, mas não da cabeça (**Mara**, 25 de julho de 2024).

A “correria” não está presente somente nas dinâmicas de atividades e responsabilidades, Mara relata que voltar para casa é um momento de descanso, mas sinaliza com ênfase que é um descanso das atividades dispostas pelo trabalho, tal como, manifesta não acontecer o mesmo na dimensão das preocupações. Mesmo com o corpo em repouso de um dia de trabalho, Mara não

consegue descansar a mente que é carregada das demandas oriundas das condições de subsistência.

Em meio à “correria” cotidiana que captura essas mulheres, criar condições para o efetivo descanso se configura como um desejo inalienável. Os sentidos sobre “fazer um monte de nada”, como sinaliza uma interlocutora, emergem de forma reiterada em meio a muitas de nossas conversas, dando pistas sobre algo que nos ajudasse a compreender as dimensões do lazer na vida dessas mulheres. Assim, tentamos captar o lazer “em uma rede de referenciais simbólicos, os quais são formados e formadores dos sujeitos que atuam nesses contextos” (Pacheco; Stigger, 2016, p. 135). Para essas mulheres, o que nomeiam como “tranquilidade” ou “fazer um monte de nada” parte de uma movimentação que intenciona conter, mesmo que parcialmente ou de forma efêmera a correria. “Fazer um monte de nada” seria, portanto, uma condição de quase suspensão das dinâmicas que mobilizam essas mulheres. De acordo com Nadir:

N: antes eu estudava e agora, [há] duas semanas eu estou em casa fazendo um monte de nada [...] [risos] morreu de inveja do monte de nada [risos] (**Nadir**, 15 de julho de 2024)

Numa segunda-feira à noite, Nadir me recebeu em sua casa com a presença de seus pais e me convidou para sentar no sofá, onde iniciamos a nossa conversa. Mulher negra de 30 anos, sem filhos, sendo filha única, trabalhadora como agente de saúde na comunidade e que reside com seus pais, trouxe um conjunto de sentidos acerca da condição de “fazer nada”. Ao longo de dois anos dedicados à formação em nível técnico de Enfermagem, a rotina de Nadir organizada em torno do trabalho, estudo e cuidados com os pais parece significar de outro modo os momentos em que não é capturada pelas demandas da vida. Para mim, na condição de moradora dessa comunidade, mãe de três crianças, funcionária pública com carga de quarenta horas de trabalho semanais e que, além dos cuidados com o companheiro que demandava cuidados de saúde, me desdobrava para dar conta das demandas do Mestrado, o “fazer um monte de nada” foi de fato invejado. Percebi nos risos de Nadir uma certa compreensão de que “fazer um monte de nada” não está dado como algo comum a nós mulheres negras.

Para que o “monte de nada” ou a tranquilidade que essas mulheres tanto desejam seja parte de suas realidades cotidianas é imprescindível que haja condições para isso. Ou seja, uma determinada condição que permita uma experiência.

R: Eu levo o Isac para a escola. Eu gosto muito de ficar sozinha [risos], eu coloco meus louvores. Ontem eu escutei músicas dos anos 80, 70, 90, lavei a minha louça, faço a arrumação da casa bem tranquila, entendeu? E, passa tão rápido, quando eu vejo já são 16h50, ou a mãe do Alisson está me chamando no portão, para nós descermos. É o momento mais... que eu... é pouco tempo (**Rita**, 19 de julho de 2024).

M: Sim, no aniversário do meu neto, agora em junho. Deu para curtir mesmo. Tava tudo tranquilo. Brincamos, dançamos... foi uma bagunça. Tava show de bola. Só saí antes de começar a festa. Porque eles iam carnear um porco e eu não queria ver ele morrer

M: Mas eu gosto mais de ir é na chácara. Uma paz... Eu ia na sexta e só voltava no domingo [...] Que nem, quando eu vou numa casa das minhas filhas e não vou na outra, a outra pensa: “ah, a mãe gosta mais de uma do que de outra.”. Mas não é. Eu vou onde me sinto bem (**Mara**, 25 de julho de 2024).

Ao se nomear como uma mulher do lar, Rita aciona pistas para pensar nas condicionalidades para determinadas experiências. Mãe de duas crianças em idade escolar, vê-se condicionada à ausência das crianças para que consiga ficar sozinha, ainda que essa experiência não a prive privada de tarefas ou responsabilidades. O estado em que permite uma experiência de paz e tranquilidade é o mesmo em que ela está realizando suas tarefas de manutenção da casa.

É na arrumação da casa, depois de levar as crianças para a escola, que Rita coloca músicas de sua preferência e relata que essa experiência lhe traz sossego. Os modos como Rita significa essas tarefas são de uma complexidade que nos leva ao entendimento da maneira em que essas tarefas são realizadas é significado de uma forma que nos faz entender que a “correria” parece estar amortizada. Na mesma medida em que essas mulheres são capturadas pela “correria” e condicionalidades para que haja uma experiência de tranquilidade e paz, essa via não contém somente um sentido. As interlocutoras demonstram habilidade em criar estratégias para que o estado de tranquilidade e paz não seja interrompido por condições que possam acionar ou retomar a “correria”.

Foi saboreando um bolo de cenoura com cobertura de chocolate e secando duas térmicas de água no chimarrão em uma noite após horas de trabalho que Mara falou que na festa de aniversário do seu neto ela estava aproveitando, mas decidiu ir embora antes de começar a festa. Para as atividades de comemoração do aniversário, seus familiares decidiram “carnear” um porco, ação que nos Rio Grande do Sul é entendida como abate e corte do animal para preparo de churrasco. Para Mara, acompanhar esse processo lhe causaria angústia e incômodo. Em suas palavras, “eu não queria ver ele morrer”.

Ao ir antes dos demais convidados para festa e conseguir aproveitar ao menos um pouco das festividades do neto, Mara coloca em evidência uma estratégia que a permite evitar os desconfortos da “correria”. De modo semelhante, ela menciona que evita de ir à casa de uma das filhas conflitos que certamente possam acontecer.

M: Eu não vou na casa dessa outra [filha] porque eles tão sempre em conflito. Os dois. E eu acabo sempre no meio. E eu não gosto de dar opinião. Porque ela tava com ele. Tava ruim. Se separou, se ela achava que tava bem sem ele, porque ela o pegou [marido] de novo? [...] Ela envolve todo mundo nessa bagunça. E eu acabo me atacando dos nervos [...] (**Mara**, 25 de julho de 2024).

Mara menciona que sofre dos “nervos”, e nessa condição ela identifica possíveis “gatilhos” e tece estratégias que tentem diminuir as chances de acionamento da “correria”. São as elaborações das estratégias aprendidas durante a vida que permitem atenuar “correria” ou o estado de tranquilidade, o “fazer um monte de nada”. Assim, essas inventividades compõem uma reelaboração da vida em condições adversas, uma matriz de subjetividade que as subjugam pelas discursividades e condicionamentos oriundos do sistema colonialista, para ocupar uma condição de dignidade na sociedade, e neste caso em específico, ter a dignidade de poder “fazer um monte de nada” (Achinte, 2013). São, portanto, astúcias que permeiam o entendimento do seu entorno e que (r)elaboram operacionalizações que as fazem conduzir o cotidiano em estado de alerta.

S: A gente sai assim, tipo, umas duas vezes no mês. A gente tira assim para sair para fazer algo em família. Lancha ou as vezes a gente pede uma pizza em casa ou compra um vinho que eu não tomo cerveja né. (Sabrina, 20 de julho de 2024).

Sabrina me recebe em seu apartamento em um sábado à noite, depois de um longo dia de trabalho. Sentamo-nos em duas cadeiras na sala, de frente para o sofá em que estava sentado o seu companheiro. Levei um bolo, e ela me ofereceu uma xícara de café com leite – tomei tudo em um gole só para não fazer desfeita, pois nunca consegui apreciar a tal bebida. Ao me ver naquela situação em que o companheiro estava próximo, perguntei se podíamos ir para a mesa, e Sabrina prontamente responde que eles não tinham mesa pois o apartamento era pequeno. Envermelhei as bochechas de vergonha pela situação, ao passo que reverti a situação e disse que, então, faríamos ali mesmo. Tentei acomodar os aparelhos que levei para que não perdesse nem uma vírgula da conversa que estava para iniciar. Desde o início da nossa troca, Sabrina, se enuncia como uma mãe dedicada, mulher cristã, trabalhadora e que se dedica pelo marido e filho.

S: eu quero me dedicar à minha família. Ao bem que Deus me deu. Ele disse né: “não há bom homem que viva só.” Então é isso aí.

S: eu tenho essa impressão, porque vários amigos meus que são de casal e gostam de ir a festas, sempre brigam no final ou no meio de festa. Ou porque bebeu e se passou, ou porque alguém veio e quis tirar a namorada para dançar. Ou porque tava cuidando alguém. Eu acho que eu sou da opinião que casal não tem que ir à festa (Sabrina, 20 de julho de 2024).

Ao longo da conversa, Sabrina dava pistas sobre a organização do cotidiano de algumas mulheres casadas e com filhos. De acordo com a sua narrativa, a família parece ser entendida como uma condição ou estratégia para programas tranquilos. Evangélica e casada com um homem branco, aprendeu um conjunto de maneiras que parecem articuladas à religião cristã ou

até mesmo pelo exemplo de amigas que conflitavam com o casamento por frequentarem tais programas. Ao dizer que casais não devem ir a festas, Sabrina expõe experiências aprendidas com as suas trajetórias de vida, e, com isso, entende que para desfrutar de experiências tranquilas seria fundamental ficar longe dos perigos que as festividades podem gerar são os manejos de risco que podem evitar que as violências aconteçam e a correria se intensifique.

Ao mesmo tempo em que criam estratégias para que a violência não se avizinha, as dinâmicas do território também parecem produzir efeitos sobre os cotidianos das interlocutoras. Mara relata em um momento, durante o nosso chimarrão com bolo, que o trabalho é exaustivo, mas “não vê a hora de amanhecer” para sair da vila. Fala que demonstra que a comunidade também é entendida como um lócus de múltiplos conflitos.

M: Depois do dia todo de pé, com barulhão, reclamação, serviço, stress [...] Tu quer descansar, mas tu não vê a hora de amanhecer para tu sumir aqui da vila (**Mara**, 25 de julho de 2024).

Mara menciona, em um primeiro momento, que voltar para casa era um momento de descanso, porém logo após diz que não vê a hora de “sumir da vila” e essa aparente contradição. Fez desdobrar outros questionamentos: “e esse lugar te desencadeia as coisas que aconteceu antes contigo?”. Neste momento, eu me referia às violências sofridas por Mara no interior do seu relacionamento afetivo. Em resposta monossilábica, responde “aham”, consentindo com a cabeça.

O território, em toda sua dimensão de lembrança e organização, aciona nos cotidianos das interlocutoras violências que intensificam a “correria”. Ao narrarem as dinâmicas do dia a dia, o território parece colocar em funcionamento um certo modo de convívio comunitário, uma condição de relação mais ou menos partilhada que permite a emergência daquilo que as interlocutoras nomeiam como “tendéu”.

M: Na casa de uma amiga minha, chegou uma amiga dela que eu não conhecia. E a guria com vestidinho curto. Uma guria do turno da noite. [...] Ela vira a bolsa. [risos] [...] Só que eu não conhecia a guria. Era amiga dessa amiga. [...] Ela estava de minissaia com as pernas abertas. Se tu vai de visita na casa de outra pessoa, tu vai sentar numa condição né. E quando ela fazia assim, ó... [nesse momento, Mara demonstrava o modo como a convidada da amiga se portava. A interlocutora virava de lado com a saia que vestia em movimentos sensuais]. [...] Daí no que eu levantei para ir embora, acho que ela fez um sinal pro marido da outra de se encontrar depois, não sei. E a mulher viu. Foi para cima dela. E o marido dela veio. Ela veio, empurrou a mulher para trás. [Nesse momento, Mara intervêm a fim de apartar a briga e diz:] tu pode parar!!! Tu vem na casa dela para dar um show??? Isso aqui não é amizade hein?” [Em resposta ao comentário de Mara, o marido disse:] “Não te mete”. Peguei, soltei a guria para ela ir embora. Passou uns dias depois, a mulher do cara pegou a mulher na rua e cagou ela a pau. [...] Eu desconfio que ele tinha marcado encontro. E eu acho que ela o ameaçou. Daí no meu entender foi assim. Que que ela fez, [o marido] pegou as trouxinhas dele e foi embora (**Mara**, 25 de julho de 2024).

Moradores de um território cujas dinâmicas conflitivas reiteradas vezes se manifestam em “tendêu” e confrontos físicos, as mulheres da comunidade parecem tomar a violência como modo de conduta ou código para resolver alguns tipos de problemas. Nesse sentido, o território também se configura como instrumento de poder em que compõe os modos de funcionamento das relações sociais, assim como tece entendimentos sobre aquela própria realidade (Haesbaert, 2003). É importante destacar que nesse processo que subjetiva as pessoas que convivem na vila os subjetividade desses sujeitos é tecida na interseccionalmente com raça, gênero e violência.

L: Foi no BIG. Na época tu comprava na lancheria e poderia ficar com a notinha circulando dentro da loja e consumindo o que tu tinha comprado. Paguei [o lanche] a dinheiro e a gente foi fazer compras. Continuamos circulando dentro do mercado. Ela com as compras, a minha mãe com roupas que tinha comprado. Daqui a pouquinho, o segurança branco começou a seguir nós. E a cada corredor que nós ia ele ia atrás. E então a minha irmã disse: “Já tá me irritando.” Aí eu disse: “Nem te estressa, isso é normal. Mas a gente tem a notinha aqui. Qualquer coisa a gente tem a notinha.” Continuamos a fazer as compras, e a gente foi pro caixa e ele veio atrás. E larguei o carrinho e disse: “posso te ajudar, moço?” “A senhora me acompanha que a senhora está consumindo coisas dentro da loja e não pode”. “Não. Eu posso. Eu tenho notinha. Eu paguei”. Ele veio me puxar pelo braço e eu disse “Eu não vou. Eu sei os meus direitos”[...] Aí eu liguei pra Brigada. Acionei e disse: “Tá dentro do BIG e o segurança tá querendo me abordar porque estou comendo dentro da loja, só que eu comprei. Eu paguei. Eu tenho a nota.” Daí a Brigada veio, e o cara disse que eu tinha que sair ali fora para fazer a ocorrência. E daí o segurança disse: “Eu vou levar ela lá para a gente revistar ela.” E eu disse: “Não. Tu não vai me levar para revistar. Porque não sou bandida. Não sou ladrona. Eu paguei o que eu consumi.” Daí a gente fez a ocorrência. Abri o processo contra o BIG. Fui indenizada por danos morais, e o BIG teve que afastar o segurança por abuso de poder (**Lais**, 19 de julho de 2024).

Sendo uma cidade que se enaltece por ser colonizada por alemães, em um imaginário de melhoria da raça, e que desde então a história que se conta é de heróis que trabalharam muito e que fizeram a cidade prosperar – sendo assim, intrínsecos de virtudes. Nesse cenário, o racismo se manifesta pelo apagamento histórico da comunidade negra, assim como de outras comunidades (Magalhães, 2010). No supermercado, Lais conta que o segurança a seguiu, juntamente com sua mãe e irmã, durante as compras, pelo fato de estarem consumindo dentro da loja. Sendo assim, o racismo se manifestando de forma explícita. Ao chegarem no caixa, ele as aborda, e, mesmo possuindo a nota fiscal, o segurança insistiu em levá-las para a revista. Porém Lais diz uma frase em que precisamos nos atentar: “Nem te estressa, isso é normal”, o que me dá pistas para entender do porquê as demais interlocutoras, quando perguntadas se já haviam vivenciado situações de violência, não se atentaram aos abusos que têm como gerador o racismo, nesse entendimento estando assujeitadas.

Ao mesmo passo que o racismo de forma particular se assujeita nas interlocutoras, elas também se manifestam nas instituições em que as leis deveriam estar acima de entendimento racistas. Tratando-se de violência doméstica e familiar, Mara foi interlocutora em outra

pesquisa que realizei na graduação e possui uma história de vida repleta de "correria" e violência. Nesse momento da conversa, Mara menciona que, mesmo ao acionar a justiça pelas inúmeras violências que sofria do ex-companheiro, o juiz, com os depoimentos registrados na delegacia, entendeu que o agressor branco, acompanhado de uma mulher branca, pudesse estar falando a verdade e coloca em dúvida a fala de Mara.

Chegou o dia da audiência e ele compareceu juntamente com uma mulher, branca, que permaneceu ao seu lado o tempo todo. Mara diz que quando ele colocou os olhos nela sentiu sua ira no olhar. Na presença do juiz, ele reverteu toda a história, disse que Mara partiu pra cima dele com uma faca e que tinha um “distúrbio mental” e, por isso, não tinha condições de ficar com as crianças. Inclusive, ele alegou que as marcas dos cortes de facão tinham sido ela quem desferiu sobre ele. A vítima disse que não foi ela quem bateu nele com facão. [...] pois ele tinha invadido a casa dela e mostrou o boletim de ocorrência para provar a veracidade de seu depoimento. Depois disso, Mara teve que fazer um exame para provar o que tinha sido dito, fez o exame, no Fórum mesmo, e foi constatado de que ela não sofria de nenhum “distúrbio” (cabe ressaltar aqui que o agressor não teve que fazer nenhum exame) (Conceição, 2022, pág. 48).

E isso fez com que o juiz solicitasse que a vítima realizasse exame para cogitar um possível “distúrbio mental”. Acessar a justiça por violência doméstica não é algo de regra para mulheres negras dessa comunidade. Mara estava em uma situação extrema de violência em que o ex-companheiro a perseguia e ameaçava várias vezes, mas foi a única mulher com quem conversei que acionou tal instituição e relatam a inefetividade da segurança pública nestas ocasiões.

L: Porque muitas vezes... antes era e hoje continua assim: a mulher tem a medida protetora e mesmo assim o marido vai e mata (Lais, 19 de julho de 2024).

M: Mas denunciar e não ter ação da polícia de imediato, não adianta. Que nem o pai dos meus primeiros, quando eu fui na delegacia... [...] Um dia de manhã deixei ele dormindo. Ele tomava Gardenal. Eram 6h da manhã. Fui costeando caminho. Medo que ele acordasse e não me achasse. Cheguei no Fórum. E. me levou de carro até o Fórum. As crianças ficaram comigo o dia todo. O juiz pagou almoço pras crianças, depois veio com nós. Ele tava cortando lenha aqui no pátio. Eu disse “Pega tuas coisinhas e sai de casa. Fica não sei quantos metros longe de casa.” “Posso ficar nessa casinha aqui?” “Não tem que ficar cem metros do pátio”. Três dias tudo numa boa. Depois ele veio aqui e tentou arrombar a porta. Gritei [por] socorro. Meus vizinhos vieram aqui. Chamei a polícia. Até a polícia vir ele se escondeu no mato. A segunda vez ele veio, minha casa era de madeira, tinha uma televisão assim. Senti um vento na minha nuca, e era domingo. Para as crianças irem pro colégio, elas iam com a escolta da polícia. Olhei assim vi aquele olho pelo buraco na fechadura. Ai, Deus. E a minha porta era de madeira. [...] Eu dormi que nem um zumbi. Deu temporal. Aí acabou a luz. [...] Quando fui girar a chave para sair, vi aquele [trecho inaudível] [o agressor estava] dormindo na área. Voltei. Me tranquei no quarto e daí chamei a polícia. A polícia veio, e ele fugiu. A terceira vez meu filho [estava] jogando bola no lado de casa. Ele entrou em casa “Daqui não saio, daqui ninguém me tira. Eu não fiz nada”. Eu olhei... fiquei sem ação e não sei como consegui fugir. [...] Daí ele pegou e tentou... a polícia pegou ele e levou ele pra delegacia. [...] Me mandaram eu ir pro Fórum porque ele ia pro presídio. Aí outro tempo depois, ele voltou aqui e levou faca, documento das crianças, documento meu... celular... Aí ele se escondeu no mato. Onze e meia da noite ele voltou e deu um chutão na porta. Minha filha começou a gritar "socorro, socorro", aí veio meus vizinhos... com facão e pau. Ele correu pro mato, e cagaram ele pau. Caiu no pátio do vizinho. Aí o vizinho se virou com a polícia. Eu

expliquei tudo. Mostrei a porta, o que ele tinha me levado... aí levaram ele, mas não prenderam ele (Mara, 25/07/2024).

Mesmo com o acionamento da lei para tratar das relações de violência doméstica, mulheres negras recebem tratamentos diferenciados o que ocasionam intensificações de suas "correrias" ordinárias. É com esses atravessamentos mulheres negras se (re)configuram e elaboram ou agem para que a correria retorne ao estado ordinário. Mesmo parecendo uma história de terror, Mara vivenciou a violência de uma forma que beirou o extremo. Estar em uma situação de violência ou a ameaça dela acontecer fez com que a "correria" de Mara se intensificasse; ou seja, para o acionamento da violência nos indica que promove uma "correria" extraordinária.

Sabrina relata que em meio ao sua "correria" aconteciam episódios em que a violência era acionada por parte do ex-companheiro, assim como por parte dela. Estando em um território marcado pela violência contra mulheres negras, as interlocutoras indicam pistas sobre os modos como se colocam frente à complexidade das dinâmicas conflitivas: o acionamento da violência como mecanismo capaz intervir na violência que elas próprias sofrem.

S: Tanto ele me agredia quanto eu agredia [a] ele. Então era bem complicado. Era um relacionamento bem exaustivo. Bem cansativo. Até porque eu decidi por si só sair. [...] Geralmente aconteceu quando ele era, né... dependente químico, né. E alcólatra. Então, geralmente, né... eu via que tinha algo de errado. [...] Às vezes bebia tanto que também saía fora de si. Mas quando misturava a parte de drogas com bebidas era bem complicado. Porque aí eu tinha que me impor. E às vezes eu tinha até que ser mais homem que ele para poder acalmá-lo. E as vezes o Deivedi [filho do casal] acabava assistindo e tal. (Sabrina, 20 de julho de 2024).

A vida das interlocutoras é organizada pela "correria" do cotidiano, e "entre a correria e o monte de nada" parece que as violências que se apresentam no nas diferentes dinâmicas da vida dessas mulheres aceleram a "correria" fazendo, mesmo que extraordinariamente, parte dela. Porém, com o aceleração da "correria" ocasionado pelas violências que quebram o cotidiano, as interlocutoras demonstram um manejo de risco em que se (re)elaboram para que a "correria" ocasionada pelas violências causem menos danos possíveis ou que sejam resolvidas a maneira que identificam que seja mais propícia.

Podemos identificar que é na "correria" que a vida é tensionada e suas práticas cotidianas assumem significados outros o que nos faz abandonar a categoria de tempo "livre", a qual invisibiliza aquelas que "escapam as lógicas temporais moderno/coloniais" (Maurício *et al*; 2021). Nesse sentido, o tempo e o espaço dessas mulheres não são os mesmos do que vêm sendo pregado nos estudos cartesianos/canônicos do lazer. As interlocutoras chegam a falar de tempo direcionado a horas, mas será que tempo se resume a isso? Será que com todos os

marcadores sociais que as tencionam tem o mesmo tempo de seus pares que não são acometidas pelos atravessamentos da diferença? O tempo é igual a todas?

São perguntas que não são respondidas de imediato, e acredito que não serão, mas podem nos trazer pistas cruciais para entender que a “carrera” envolta no tempo dessas mulheres traz compreensões sobre o lazer que não podem ser acessadas com o tempo livre, pois não parece fazer sentido nesse contexto e corpos. Operar com a categoria “correia” possibilita a materialização do lazer em um estado singular e complexo, pois não se resume a uma prática/ação isolada podendo estar ligada a mais partes das engrenagens dela. É em uma pia lavando louça, escutando música e cantando que Rita (re)significa seu tempo de uma aparente obrigação/trabalho e tece fios que conduzem ao bem estar a tranquilidade, assim como Mara entende que é no trabalho que ela tem descanso para a cabeça, que se sente tranquila frente aos atravessamentos em que passou e que deixaram resquícios. Logo, as interlocutoras dão pistas para pensar que para essas mulheres o lazer pode ser sentido e vivido em temporalidades e esferas plurais do cotidiano, o que não dá garantias de continuidade do lazer, mas que faz com que a intensidade desses momentos seja vivida de formas outras possíveis.

Analisar as possibilidades de lazer em um território marcado pela violência, não só, mas também doméstica, leva a compreender como se constituem os manejos e estratégias para as vivências que assumem esse sentido. Nos deparamos com pistas que nos levam a entender que as interlocutoras tensionam os fios do cotidiano a fim de oportunizar, prolongar ou até mesmo evitar que seja acometida pela carrera da violência.

O estudo objetivou analisar as possibilidades de lazer de mulheres negras moradoras de uma região de altos índices de violência contra elas, mas com as conversas e dados produzidos, identificamos que a “carrera” é um elemento central para entender as complexidades subjetivas das interlocutoras. A “carrera” importa nas dinâmicas de vida dessas mulheres, uma vez que é um elemento organizador do cotidiano e que sofre interferência interseccional dos marcadores da diferença, raça, gênero e território, os quais qualificam a “carrera” de uma forma particular, intensificando-a.

Sendo moradoras desse território em que os modos de convívio comunitário e as narrativas ligadas a violência e drogadição que incidem sobre o território que também constitui como um acelerador da “carrera”. Mas são nesses assujeitamentos que as interlocutoras re-existem com elaborações de condições para o usufruto do poder de escolha do sujeito [“fazer um monte de nada”], não tendo garantias de que seja contínuo, assim como, a “carrera” segue contida, mas não ausente. Para além da “carrera” e o “fazer um monte de nada”, a violência

apresenta-se no cotidiano dessas mulheres como uma “correria extraordinária”, não privando das correrias ordinárias, mas intensificando-as. As mulheres negras dessa pesquisa, ao serem formadas por esse território, criam estratégias para os manejos de risco – ou seja, identificam potenciais perigos que acionem a violência e se elaboram na tentativa de evitar os possíveis acionamentos. Ao mesmo passo, que quando a violência está acionada e acelerando a “correria” as interlocutoras (re)elaboram habilidades para que a “correria” extraordinária retome o eixo ordinário.

Considerações finais

Inicialmente, intentamos entender as dinâmicas do cotidiano de mulheres negras que vivem em contextos de violência de gênero em Novo Hamburgo e as suas possibilidades de lazer. Com as produções dos dados, encontramos elementos que nos pareciam primordiais para a compreensão, primeiramente, da organização do cotidiano e, a partir desse entendimento, encontrar pistas para as perspectivas de lazer frente as realidades das interlocutoras. Ao nos depararmos com os dados do campo, os sentidos até então entendidos no campo do lazer canônico parecem não fazer sentido para o cotidiano dessas mulheres. Naquele contexto, mulheres negras narram fortemente a “correria” em seus cotidianos. Uma categoria que emergiu do campo e nos faz compreender que é um agente importante na organização e dinâmicas da vida dessas mulheres.

De forma relacional à “correria”, surge a categoria “fazer um monte da nada”, que se caracteriza por uma determinada condição de usufruto da experiência (de uma certa noção de tranquilidade) na "correria", algo que não dá garantias de continuidade, sendo, assim, efêmero. Ao mesmo passo, nessa região, a violência reorganiza a "correria", não suspendendo do cotidiano, mas intensificando-a, fazendo acionar manejos de risco, inventividades, bem como a própria violência para um (re)estabelecimento e prevenção da “correria” ordinária.

Logo, “correria” como categoria é importante para pensar pistas que nos direcionam a realidades outras que produzem significações em determinadas práticas dos cotidianos das interlocutoras em que o lazer é (re)significado a partir de uma subjetiva temporalidade e espaço político e social, tencionando possibilidades múltiplas e singulares de possibilitar o lazer.

Esse estudo possibilitou pistas para captar a complexidade das trajetórias dessas mulheres que vivem nesse contexto, entendimentos que moldam e nos ensinam que as realidades são múltiplas e particulares de um contexto repleto de subjetividades compartilhadas.

Por essa razão, entendemos que essa pesquisa seja um trampolim para outras possibilidades de oportunizar voz a mulheres negras em seus contextos.

BIBLIOGRAFIA

ACHINTE, Adolfo Albán. Estéticas de la re-existencia: ¿lo político del arte? *In:* Mignolo, Walter; Gómez, Pedro Pablo. **Estéticas y opción decolonial.** 1 ed. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 2012.

ACHINTE, Adolfo Albán. Pedagogías de la re-existencia. Artistas indígenas y afrocolombianos. *In:* WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales:** prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. (Tomo I). Quito: Ediciones Abya-Yala, p. 443-468, 2013..

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BERNARDES, Márcia Nina. Questões de raça na luta contra a violência de gênero: processos de subalternização em torno da Lei Maria da Penha. **Revista Direito GV**, v. 16, n. 3, p. e1968, 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 249–274, 2014.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Suelaine. **Mulheres Negras e Violência Doméstica:** decodificando os números. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2017.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos contemporâneos.* Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2021.** São Paulo: FBSP, 2021.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONCEIÇÃO, Diênifer Monique da. **Mulheres negras e violência:** escrevivências em Território marcado pelos altos índices de denúncias de crimes contra pretas e pardas no município de Novo Hamburgo/RS. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Feevale. Novo Hamburgo, 2022.

CONCEIÇÃO, Diênifer Monique; SILVA, André Luiz dos Santos. Igreja e domicílio: espaços de lazer de mães residentes numa comunidade de alto índice de violência contra mulheres *In:* IV CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS DOS LAZER; XVIII SEMINÁRIO O LAZER EM DEBATE, 2021, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: PUC, ESEFID/UFRGS, 2021, p. 556 - 560. Disponível em: <https://anpel.com.br/download/cbel-IV-anais.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *In:* VV. AA. **Cruzamento: raça e gênero.** Brasília: Unifem, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002.

DAS DORES, Lucilene Alencar et al. Rompendo os silêncios sobre o perfil do lazer da população negra no Brasil. **LICERE**, v. 24, n. 4, p. 324-356, 2021.

DE PAULA JUNIOR, Antonio Filogenio. Educação e oralidade na cultura negra no Brasil. **Comunicações**, v. 21, n. 1, p. 191-200, 2014.

DEBORTOLI, José Alfredo. Lazer, Envelhecimento e Participação Social. **LICERE**, v. 15, n. 1, 2012. DOI: 10.35699/1981-3171.2012.739. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/739>. Acesso em: 8 dez. 2024.

EVARISTO, Conceição. Da grafia desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. *In:* ALEXANDRE, Marco. **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces.** Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 16-21, 2007.

EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. **PALMARES - Cultura afro-brasileira**, Brasília, p. 52-56, 2005.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 2, p. 367–383, 2010.

GOMES, Christianne Luce. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 1, n. 1, p. 3-20, 2014.

GOMES, Christianne Luce; MELO, Victor Andrade. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. **Movimento**, v. 9, n. 1, p. 23-44, 2003.

GOMES, Christianne Luce. Estudos do Lazer e geopolítica do conhecimento. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 14, n. 3, 2011.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo brasileiro**, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Lélia Gonzalez: Primavera para as rosas negras. **Diáspora Africana:** Editora Filhos da África, 2018.

GUIMARÃES, Nadya; ACCIARI, Louisa. Entrevista com Patrícia Hill Collins. **Tempo Social**, v. 33, n. 1, p. 287 – 322, 2021.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, p. 11-24, 2003.

HALL, Stuart. Cultura e representação. 1 ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo:** corpo e gênero dos gregos a Freud/Thomas Laqueur; tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAURETIS, Tereza de. A tecnologia de gênero. *In:* HOLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Tendências e impasses:** o feminismo como crítica cultural. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

LIMA, Elizabeth; YASUI, Silvio. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 102, p. 593-606, 2014.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. **Inclusão & Educação.** 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MAGALHÃES, Magna Lima. Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS)/ Magna Lima Magalhães. -2010.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Do mito de origem aos arranjos desestabilizadores: notas introdutórias. *In:* MAGNANI, José Guilherme Cantor; SPAGGIARI, Enrico. (Orgs.) **Lazer de perto e de dentro:** uma abordagem antropológica. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2018. p. 12-35.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no Pedaco:** Cultura popular e lazer na cidade. 3 ed. São Paulo: Hucitec / UNESP, 2003.

MAURÍCIO, Joise Simas de Souza; EUGÊNIO, Jordânia de Oliveira; PAULA, Juliana Araújo; SOARES, Khellen Cristina Pires Correia; NUNES, Raquel Rocha. Lazer e a Opção Decolonial: Diálogos Teóricos e Possibilidades de Construções Contra-Hegemônicas. **LICERE**, v. 24, n. 1, p. 695–725, 2021.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELO, Victor Andrade de; ALVES JR, Edmundo de Drummond. **Introdução ao lazer.** 2.ed. Barueri: Manole, 2012.

MEYER, Dagmar Estermann. Corpo, violência e educação: Uma abordagem de gênero. *In:* JUNQUEIRA, Ricardo. **Diversidade sexual na educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Editora MEC/Unesco, 2009.

MEYER, Dagmar Estermann.; SILVA, André Luiz dos Santos. GÊNERO, CULTURA E LAZER: POTÊNCIAS E DESAFIOS DESSA ARTICULAÇÃO. **LICERE**, v.23, n.2, 2020.

MISSE, Michel. Violência e teoria social. **DILEMAS:** Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Vol. 9, n. 1, 2016

MOMBAÇA, Jota. Notas estratégicas quanto ao uso político do conceito de lugar de fala. 2017. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicas-quanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala>. Acesso em: 30 nov. de 2021.

MOREIRA, Adilson. Racismo recreativo. 1ed. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 1 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NICHOLSON, Linda. "Interpreting Gender em Linda Nicholson, *The Play of Reason: From the Modern to the Postmodern* (p. 53-76). Copyright 1999 Cornell University, Reproduzido ao português com permissão da editora, Cornell University Press.

NUNES, Margarete Fagundes et al. "Era um hino de fábrica apitando": a memória do trabalho negro na cidade de Novo Hamburgo (RS), Brasil. **Etnográfica**. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, v. 17, n. 2, p. 269-291, 2013.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. "Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar"; escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

PACHECO, Ariane Corrêa; STIGGER, Marco Paulo. "É lazer, tudo bem, mas é sério": notas sobre lazer a partir do cotidiano de uma equipe máster feminina de voleibol. **Movimento**, v. 22, n. 1, p. 129-142, 2016.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. 1ed. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro?. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Segurança Pública. **Indicadores da violência contra a mulher - Lei Maria da Penha.** Indicadores da violência contra a mulher por município 2017. Disponível em: <https://ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violenciacontra-a-mulher> Acesso em: 01 de mai. 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, André Luiz dos Santos; MEYER, Dagmar Estermann; RIEGEL, Roberta Plangg. Gênero, mulher, crime e violência: relações e tensões. **Revista Educação em Questão**, v. 59, n. 59, 2021.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. A entrevista na pesquisa em educação—uma arena de significados. In: COSTA, Marisa Vorrabar. **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação.** Rio de Janeiro: DP&A, p. 119-141, 2002.

STIGGER, Marco Paulo. Lazer, Cultura e Educação: possíveis articulações. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 30, n. 2, p. 73-88, 2009.

VIANA, Iara Félix. Mulheres negras e baile funk: sexualidade, violência e lazer. [manuscrito] / Iara Félix Viana. – 2013.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1, p. 8-17, 2010.

WERNECK, Jurema. O belo ou o puro? Racismo, eugenia e novas (bio) tecnologias. *In:* ROTANIA, Alejandra; WERNECK, Jurema. **Sob o signo das bios:** Vozes críticas da sociedade civil. Rio de Janeiro: E-papers; Nova Friburgo: Marca p. 49-62, 2004.

WERNECK, Jurema. O samba segundo as ialodês: mulheres negras e a cultura midiática. 2007. Tese (Doutorado em Comunicação e cultura). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

YIN, R. **Pesquisa qualitativa do início ao fim.** 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2016.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral.** São Paulo: Hucitec/Educ, 1997.